

Imprensa britânica acusa Bolsonaro de romper luto e insultar a rainha

O uso político feito por Bolsonaro da visita a Londres para o funeral da rainha Elizabeth II recebeu duras críticas da imprensa britânica. Além de discurso em tom eleitoral para apoiadores de seu governo, em várias oportunidades o presidente mostrou total desrespeito para com o cortejo fúnebre. O conservador The Times deu o seguinte título a uma matéria: “Bolsonaro rompe o luto para marcar pontos políticos”. O The Guardian chamou o presidente de “populista da América do Sul” e clas-

sificou a viagem como uma “oportunidade de ouro para impulsionar sua campanha à reeleição”. “Jair Bolsonaro usa visita a Londres para funeral da rainha como ‘plataforma eleitoral’” foi o título dado pelo jornal. O Independent titulou com “Bolsonaro é acusado de transformar visita ao funeral da rainha em comício político”. Na mesma linha das demais publicações, o veículo noticiou a viagem como uma conveniência para a campanha eleitoral do chefe do Executivo.

Pág. 03



Bolsonaro discursou ontem, 20, na Assembleia Geral da ONU.

POLÍTICA

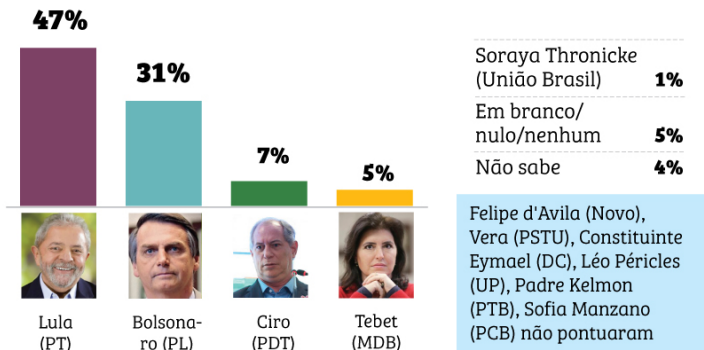
ELEIÇÕES 2022

DISPUTA PELA PRESIDÊNCIA



Pesquisa de 19/09

INTENÇÃO DE VOTO ESTIMULADA NO 1º TURNO



VOTOS VÁLIDOS

Lula (PT)	52%
Bolsonaro (PL)	34%
Ciro Gomes (PDT)	7%
Simone Tebet (MDB)	5%
Soraya (União Brasil)	1%

INTENÇÕES DE VOTO, ESPONTÂNEA

Lula (PT)	45%
Bolsonaro (PL)	29%
Ciro (PDT)	5%
Simone Tebet (MDB)	3%
Branços e nulos	7%
Não sabe	11%

A pesquisa ouviu 3.008 pessoas entre os dias 17 e 18 de setembro em 181 municípios. A margem de erro é de dois pontos percentuais para mais ou para menos, considerando um nível de confiança de 95%

FONTE | IPEC

© INFOGRAFFO

Embraer anuncia participação minoritária na empresa de drones XMobots

Numa transação cujo valor não foi divulgado, a Embraer anunciou ontem, 20, que fechou acordo de investimento para participação minoritária na XMobots, empresa de produção de drones localiza-

da em São Carlos, no interior de São Paulo. O negócio será realizado via fundo de investimentos que tem como quotista única a Embraer, com opção de aporte adicional futuro.

Pág. 04

Senado propõe recursos do combate à covid para bancar piso da enfermagem

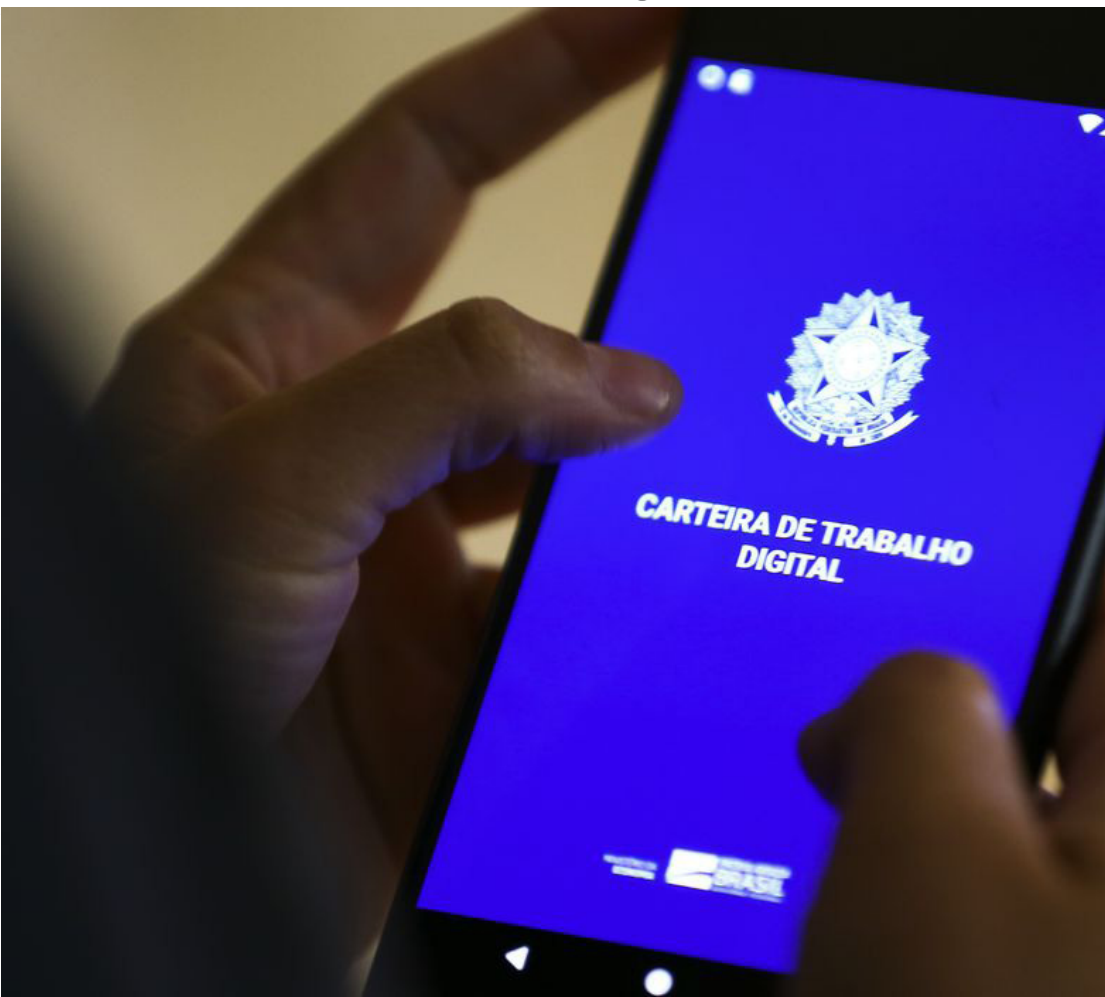


A afirmação de Castro ocorreu após um encontro de mais de uma hora com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Para assegurar o pagamento do piso salarial nacional da enfermagem, os senadores discutem um projeto que permite a Estados e municípios realocar recursos recebidos originalmente para o combate à covid-19 a

programas na área da Saúde. O relator-geral do Orçamento de 2023, senador Marcelo Castro (MDB-PI), afirmou ontem, 20, que o Senado colocará o projeto em votação já na próxima semana.

Pág. 03

Taxa de desemprego fechou julho em 8,9%, a menor desde julho de 2015



Em um ano, a população desocupada recuou 28,7%, quase 4 milhões a menos.

Cálculos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) apontam que a taxa de desempre-

go fechou julho em 8,9%, a menor desde julho de 2015, uma queda de 3,9% ante julho de 2021. Em um ano, a população desocupada

recuou 28,7%, quase 4 milhões a menos, passando de 13,6 milhões em julho de 2021 para 9,7 milhões em julho de 2022.

Pág. 04

Mercado aposta em Selic mantida em 13,75% hoje pelo Copom

Para 41 das 50 instituições financeiras ouvidas pelo Estádão, a taxa Selic deve ser mantida em 13,75% na reunião do Copom que termina hoje, 21, movimento que encerraria o mais longo ciclo de aperto monetário da história. Outros apostam numa alta de 0,25%. Contudo, bancos e consultorias acreditam que o ciclo de alta da taxa básica de juros chegou ao fim na reunião de agosto.

Ucrânia acusa Rússia de terrorismo nuclear após ataque perto de usina

Pág. 05

Na ONU, presidente chileno destaca incerteza global e aposta em nova Constituição

Pág. 05

Oi poderá ter que pagar R\$ 3,1 bi à TIM, Vivo e Claro de indenização

A TIM, Vivo e Claro, o trio de compradores da rede móvel da Oi, estão cobrando da operadora mais de R\$ 3 bilhões na forma de desconto e indenização. O trio alega que tem direito a um desconto de R\$ 3,186 bilhões sobre o valor da compra, de R\$ 16,5 bilhões, que ficou muito acima do esperado por acionistas da Oi. Deste total, R\$ 1,447 bilhão já está retido pelas companhias. Haveria, portanto, a necessidade de a Oi pagar mais R\$ 1,739 bilhão.

Pág. 04

Guterres pede taxaço de empresas de energia fóssil e alerta para crise alimentar

Pág. 05

Digitalização na Jucesp acelera abertura de empresas em SP

O saldo líquido de abertura de empresas em SP cresceu 68% no primeiro semestre ante igual período de 2019, período anterior à pandemia, segundo levantamento da Junta Comercial do Estado de São Paulo (Jucesp). Para favorecer a abertura de empresas, o órgão, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, disponibilizou seis novos serviços em seu sistema integrado de registro, o Via Rápida Empresa Digital, avançando para 72% de seu atendimento online.

Pág. 04

Brasil e EUA fecham acordo entre aduanas para reduzir burocracia

Depois de sete anos de negociações, a Receita Federal fechou acordo de reconhecimento mútuo (ARM) com a aduana norte-americana, medida que dará mais agilidade e reduzirá a burocracia às empresas brasileiras certificadas como operadores econômicos autorizados (OEA), que exportam para os EUA. Através do acordo, os dois países oficializam a parceria entre seus programas de operador econômico autorizado.

Pág. 04

Projeção na sede da ONU chama Bolsonaro de ‘vergonha brasileira’

Uma intervenção organizada pelo U.S. Network for Democracy in Brazil projetou ontem, 20, na lateral do edifício sede da ONU, em Nova York, os dizeres “Brazilian shame” (“vergonha brasileira”, em tradução livre), além de “mentiroso” e “desgraça”, em referência a Bolsonaro, horas antes de o presidente discursar na Assembleia-Geral da ONU.

Pág. 08

INDICADORES FINANCEIROS

Salário Mínimo	R\$ 1.212,00
IPCA (IBGE) - mês	-0,36%
IGP-M (FGV) - mês	-0,70%
IPC (FIPE) - mês	0,12%
TR pré	0,1850%
Taxa básica financeira - TBF	1,0065%
Ibovespa (pontos)	112.516
Poupança (mês)	0,65%
CDB pré 30 dias - ano	13,32%
CDB pré 90 dias - ano	13,35%
CDI acumulado - mês	0,66%
CDI anualizado	13,65%
Dólar comercial	R\$ 5,1520/R\$ 5,1530
Dólar turismo	R\$ 5,2600/R\$ 5,3620
Euro turismo	R\$ 5,1400/R\$ 5,1410



Brasil Jornais

Entre em nosso Grupo no Telegram!

Acesse t.me/Brasiljornais



Tenha acesso aos principais jornais do Brasil.

Distribuição gratuita, venda proibida!

LEIS & PROJETOS

PEC eleva para três salários mínimos piso de agentes comunitários e de endemias com formação

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 18/22 estabelece piso salarial de três salários mínimos (hoje, R\$ 3.636) para agentes comunitários de saúde (ACS) e agentes de combate às endemias (ACE) com formação em curso técnico nas respectivas áreas.

Segundo a proposta, que tramita na Câmara dos Deputados, os valores serão repassados pela União a municípios, aos estados e ao Distrito Federal.

A PEC foi apresentada em julho pelo então deputado Valtenir Pereira (MDB-MT), suplente que estava no exercício do mandato. Ele lembra que a Emenda Constitucional 120, oriunda de outra proposta de sua autoria (PEC 22/11), já garante aos agentes o piso salarial de dois salários mínimos (R\$ 2.424). Pereira ressalta, entretanto, que a emenda não distingue profissionais com e sem formação técnica na área. “Cabe ao Congresso Nacional dar o incentivo, pela via salarial, para que ACS e ACE busquem a contínua qualificação profissional”, argumenta.

Em 2022, o Ministério da Saúde ofertou 200 mil vagas para os cursos de técnico em agente comunitário de saúde e de técnico em vigilância em saúde com ênfase no combate às endemias (138 mil vagas para ACS e 62 mil para ACE).

Cada curso tem carga horária de 1.275 horas/aula e é ministrado na modalidade educação à distância (EaD). O curso tem duração de dez meses.

Proposta pune por improbidade agente público que pratica estupro ou assédio sexual

O Projeto de Lei 2155/22 define como ato de improbidade administrativa a prática de crimes contra a liberdade sexual, como assédio sexual e estupro, por agentes públicos. O texto, que tramita na Câmara dos Deputados, altera a Lei de Improbidade Administrativa.

O deputado Cássio Andrade (PSB-PA), autor da proposta, argumenta que as últimas alterações na LIA - com a publicação da Lei 14.230/21 - revogaram o trecho que considerava improbidade “praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto na regra de competência”.

“Esse dispositivo era bastante criticado pela doutrina por ser uma hipótese aberta, o que dava margem para diversos processos por desvio de finalidade. O inciso abrangia várias situações concretas, como o caso de assédio sexual, assédio moral, situações de perseguição, entre outras. Sem esse artigo, a lei nova tira a possibilidade de punir tais condutas na esfera cível”, diz o deputado.

“Assim, Pedro Guimarães, ex-presidente da Caixa Econômica Federal, e o anestesista Giovanni Bezerra, agentes públicos acusados, respectivamente, por assédio sexual e estupro, não poderiam mais ser processados por improbidade administrativa, cuja condenação pode resultar, entre outras sanções, em impedimento para ocupação de cargos públicos e suspensão dos direitos políticos”, acrescentou o autor.

Projeto prevê gratuidade de transporte a mesários, jurados e para comparecimento como testemunha

O Projeto de Lei 2307/22 estabelece gratuidade de transporte público a mesários e cidadãos convocados para Tribunal do Júri, além de testemunhas e vítimas intimadas a comparecer perante a Justiça. A medida é válida para passagens de ônibus, trens e metrô, e limita-se ao trajeto entre o domicílio da pessoa e o local da convocação.

Pela proposta, o direito será exercido nos dias em que o cidadão for convocado para trabalhar nas eleições, no caso de mesário; para audiências e julgamento do Tribunal do Júri,

no caso de jurados; para comparecimento perante a polícia judiciária, no caso de vítimas e testemunhas. A legislação atual garante à testemunha o reembolso de suas despesas para comparecimento à audiência, no entanto não trata de outros casos citados no projeto.

Na avaliação do autor, o deputado Haroldo Cathedral (PSD-RR), o objetivo é “impedir que esses cidadãos tenham qualquer tipo de prejuízo financeiro pelo exercício de atividade compulsória de interesse exclusivamente estatal”.

PL acaba com prisão para pequenos furtos cometidos por quem passa fome

O Projeto de Lei 4540/21 altera o Código Penal para determinar que não haverá prisão no caso de furto por necessidade ou de valores insignificantes. O furto por necessidade ocorre quando o autor do crime estiver em situação de pobreza ou extrema pobreza e quando o bem subtraído tem o objetivo de saciar sua fome ou necessidade básica imediata sua ou de sua família. A proposta também determina que a ação penal em caso de furto só será levada adiante median-

te queixa do ofendido. O furto é a subtração de valores e bens sem que haja violência na ação. O projeto foi apresentado pela deputada Talíria Petrone (Psol-RJ) e outros sete deputados, com apoio de defensores públicos e instituições. O texto determina que o juiz, caso não possa absolver o autor, deverá aplicar uma pena restritiva de direitos ou multa, sem prisão. A regra vale inclusive para reincidentes, desde que o furto seja por necessidade ou de valores insignificantes.

Câmara reforça prazos máximos de atendimento a mulheres com câncer de mama

O Plenário da Câmara concluiu a votação do projeto que regulamenta a profissão de motorista de ambulância; e rejeitou mudanças que vieram do Senado Federal. O repórter Antonio Vital acompanhou a votação.

A Câmara dos Deputados concluiu a aprovação do projeto (PL 3553/15) que regulamenta a profissão de condutor de ambulância.

De acordo com a proposta, o condutor de ambulância deve ser maior de 21 anos e ter o ensino médio completo. Além disso, tem que ter carteira e motorista categoria D ou E e receber treinamento especializado.

O projeto estabelece ainda que o condutor de ambulância deve acompanhar os atendimentos, como parte da equipe de saúde, o que rendeu polêmica no Plenário.

O Senado tinha alterado este trecho e estendido a profissão de condutor de ambulância também ao profissional que acumulasse outras funções no atendimento do paciente.

Deputados e deputadas rejeitaram esta mudança e resgataram o texto original da Câmara. O deputado Tiago Mitraud (Novo-MG) defendeu o texto do Senado, que permitia que o motorista acumulasse a função de socorrista, o que foi rejeitado pelo Plenário.

Para Tiago Mitraud, a redação da Câmara, ao obrigar o acompanhamento do condutor da ambulância nos atendimen-



O deputado Tiago Mitraud (Novo-MG) defendeu o texto do Senado, que permitia que o motorista acumulasse a função de socorrista, o que foi rejeitado pelo Plenário.

menta neste momento, que é de motorista de ambulância, e este é um tema de fundamental importância porque motorista de ambulância tem que ter formação, tem que ter maturidade, idade mínima. Ele tem que preencher uma série de requisitos porque, afinal de contas, eles não estão transportando coisas. Eles estão transportando vidas.

O projeto que regulamenta a profissão de condutor de ambulância foi aprovado por ampla maioria e seguiu para sanção presidencial.

Comissão aprova piso de R\$ 1.821 para secretário escolar da educação básica



André Figueiredo recomendou a aprovação de substitutivo.

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados aprovou o projeto que institui o piso salarial de R\$ 1.821,70 para os secretários escolares da educação básica que possuírem certifi-

cado de formação técnica em nível médio na especialidade. O Projeto de Lei 3817/20 é do deputado Eduardo Bismarck (PDT-CE) e foi relatado pelo deputado André Figueiredo (PDT-CE). Ele recomendou a aprovação do

substitutivo elaborado pela Comissão de Educação, que analisou a proposta em junho. O autor do substitutivo é o deputado Idilvan Alencar (PDT-CE).

“Não resta dúvida que o secretário escolar, na condi-

ção de responsável pelos registros pedagógicos de notas, de frequências e de planos de aulas, faz parte da categoria de profissionais da educação básica, o que justifica plenamente a aprovação do projeto”, disse André Figueiredo.

Conforme o texto aprovado, o valor do piso deve ser entendido como o vencimento básico a ser adotado pela União, estados, municípios e Distrito Federal, e valerá para uma jornada de 40 horas semanais.

Os valores referentes às demais jornadas serão proporcionais ao piso.

O piso nacional dos secretários escolares será atualizado anualmente, no mês de janeiro, pelos mesmos critérios de reajuste do piso salarial do magistério.

Tramitação - O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado agora pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ).

PL amplia a duração de estágio de estudantes

O Projeto de Lei 1843/22 aumenta a duração dos contratos de estágio que passam a poder ser estendidos até o fim do curso. Hoje, a duração do estágio na mesma empresa não pode exceder dois anos.

Segundo o autor, deputado Lucas Gonzalez (Novo-MG), a lei atual “constitui um desestímulo a que a empresa contrate estagiários que estejam cursando os primeiros anos do ensino superior, pois irá treiná-los sem possibilidade de efetivação”. O texto faz uma série de alterações na lei que trata sobre o estágio de estudantes (Lei 11.788/08). Além de aumentar o período de contrato, o projeto prevê a adoção do estágio remoto ou híbrido.

O projeto em análise na Câmara dos Deputados também deixa claro que a estagiária grávida não tem direito à estabilidade prevista pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A justificativa é que os contratos de estágio não têm vínculo empregatício, logo não são aplicados os direitos



Lucas Gonzalez quer estimular a contratação de estagiários.

trabalhistas. O projeto revoga artigo da legislação que garante às pessoas com deficiência o percentual de 10% das vagas de estágio. Também são revogados da legislação atual

os artigos que tratam do número máximo de estagiários que a empresa deve contratar em relação ao seu quadro de pessoal.

Tramitação - A propos-

ta será analisada em caráter conclusivo pela comissões de Educação; de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Marcio Antonio Lopes da Costa

Diretor

Marcos Henrique

Comercial

www.diariodenoticias.com.br

site

Amaury Marques

Administração

Elaine Fernandes

Financeiro

Valter Lana

Editor responsável

redacao@diariodenoticias.com.br

e-mail

Contato: 55 11 5584-0035

marcio@diariodenoticias.com.br

Periodicidade: DIÁRIA

AMS EDITORA LTDA

Av. Nove de Julho, 4939 - cj. 76 B

Jd. Paulista - Cep. 01407-200

CNPJ nº 00.559.976/0001-07

São Paulo - SP

Administração:

Rua Samuel Morse, 120, cj. 81

Cidade Monções - Cep. 04576-060

São Paulo - SP

Auditado e Certificado

ICP Brasil

AUTENTICIDADE DA PÁGINA

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.

FUNDACÃO VIANEZA

TIRAGEM AUTENTICA

ANATEC

Certificado por IBICT - Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Certificado por IBICT - Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias. AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publlegal.diariodenoticias.com.br/>

POLÍTICA

Senado votará projeto que permite realocar recurso para bancar piso da enfermagem

O relator-geral do Orçamento de 2023, senador Marcelo Castro (MDB-PI), afirmou ontem, 20, que o Senado votará na próxima semana um projeto que permite a Estados e municípios realocar recursos recebidos originalmente para o combate à covid-19 para programas na área da Saúde. Essa é uma das medidas encontradas para assegurar o piso salarial nacional da enfermagem.

A sessão para votação ainda não foi marcada e a proposta ainda precisaria do aval dos deputados para começar a ter impacto. Contudo, não há previsão de nenhuma sessão da Câmara antes do primeiro turno das eleições.

A afirmação de Castro ocorreu após um encontro de mais de uma hora com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que tem buscado nas últimas duas semanas formas de garantir o piso da enfermagem, suspenso por uma decisão liminar do ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), no início de setembro, confirmada pelo plenário virtual na quinta-feira, 15.



A afirmação de Castro ocorreu após um encontro de mais de uma hora com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

A lei que estabeleceu o piso salarial dos profissionais de enfermagem entre R\$ 2.375 e R\$ 4.750 foi sancionada pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, no início de agosto, mas, ao aprová-la, o Congresso não indicou fontes de recurso

para os gastos extras, especialmente de Estados e municípios. Ao suspender a lei, Barroso se ancorou justamente neste fato e alegou risco à empregabilidade e possibilidade de fechamento de leitos. Agora, os parlamentares correm para

buscar as fontes de recursos. Não há estudos definitivos sobre o impacto orçamentário de equiparar o piso salarial da categoria. Durante a tramitação na Câmara, porém, chegou-se a falar em cerca de R\$ 16 bilhões.

‘Bolsonaro rompeu o luto’, diz imprensa britânica, sobre uso político de viagem



Bolsonaro fez um discurso em tom eleitoral para apoiadores de seu governo.

Veículos da imprensa britânica apontaram uso político da visita do presidente da República, Jair Bolsonaro (PL), a Londres para o funeral da rainha Elizabeth II. O chefe do Executivo fez um discurso em tom eleitoral para apoiadores de seu governo no primeiro dia da viagem ao Reino Unido, no último

domingo, 18, e foi a um posto de gasolina gravar um vídeo comparando o preço do combustível com o do Brasil. O conservador The Times deu o seguinte título a uma matéria: “Bolsonaro rompe o luto para marcar pontos políticos”. O texto diz que “o presidente do Brasil usou sua viagem para

o funeral da rainha para mostrar ao seu país quão caro é o combustível em Londres”. O jornal diz ainda que os brasileiros reagiram de forma “mista” ao vídeo, “com muitos argumentando que os salários do Reino Unido são significativamente mais altos”. O The Guardian chamou o presidente de “po-

pulista da América do Sul” e classificou a viagem como uma “oportunidade de ouro para impulsionar sua campanha à reeleição”. “Jair Bolsonaro usa visita a Londres para funeral da rainha como ‘plataforma eleitoral’” foi o título dado pelo jornal. “Bolsonaro entrou imediatamente no modo de campanha, apesar do momento de luto”, diz o texto.

O Independent tituló com “Bolsonaro é acusado de transformar visita ao funeral da rainha em comício político”. Na mesma linha das demais publicações, o veículo noticiou a viagem como uma conveniência para a campanha eleitoral do chefe do Executivo. “O presidente do Brasil realizou um comício eleitoral improvisado, fazendo um discurso de campanha ao ar livre em Londres, onde ele veio para assistir ao funeral da rainha Elizabeth II”, diz o jornal.

No último domingo, da sacada da casa do embaixador do Brasil, onde ficou hospedado, Bolsonaro fez discurso de campanha e afirmou que a maioria do País não aceita discutir legalização do aborto, descriminalização das drogas e a chamada “ideologia de gênero”.

‘Não há como atribuir a Bolsonaro atos com repercussão criminal’, diz Lindôra

A vice-procuradora-geral da República Lindôra Araújo requereu ao Supremo Tribunal Federal o arquivamento de mais um inquérito que atinge o presidente Jair Bolsonaro, o que apura tentativa de interferência política do chefe do Executivo na Polícia Federal. O inquérito foi aberto na esteira da renúncia do ex-juiz Sérgio Moro do governo Bolsonaro, em maio 2020, e abastecido com a divulgação da reunião ministerial do dia 22 de abril. “Considerando as circunstâncias que permeiam o caso, a partir da análise criteriosa do arsenal probatório carreado aos autos, não há como atribuir ao Presidente da República Jair Messias Bolsonaro e ao ex-Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública Sérgio Fernando Moro o cometimento de atos com repercussão criminal, uma vez que as condutas examinadas não se revestem de adequação típica, bem como os fatos foram exaustivamente apreciados e deles não se extrai lastro probatório mínimo quanto a possíveis materialidades e autorias delitivas”, registra o parecer enviado ao gabinete do ministro Alexandre de Moraes.



A vice-procuradora-geral da República Lindôra Araújo.

A manifestação da PGR se alinha com a conclusão da Polícia Federal, remetida ao Supremo em março de 2022. Na ocasião, os investigadores informaram a Alexandre “dentro dos limites da investigação”, não há elementos mínimos para indiciar o chefe do Executivo na esfera penal.

“No decorrer dos quase dois anos de investigação, dezoito pessoas foram ouvidas, perícias foram realizadas, análises de dados e afastamentos de sigilos telemáticos implementados. Nenhuma prova consistente para a subsunção penal foi encontrada”, escreveu o delegado Leopoldo Soares Lacerda no

relatório final do inquérito. No documento enviado ao Supremo na noite desta segunda-feira, 19, o Ministério Público Federal fundamentou o pedido de arquivamento nas alegações de atipicidade das condutas dos investigados e ausência de justa causa para a deflagração da persecução penal em juízo.

Bolsonaro diz que pesquisas não valem de nada e que vai ganhar no 1º turno

O presidente da República, Jair Bolsonaro (PL), voltou a criticar as pesquisas eleitorais para a corrida presidencial no Brasil, ao deixar o hotel em que está hospedado, em Nova York, para se dirigir à 77ª Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU). Ao comentar sobre sua expectativa quanto ao primeiro turno da disputa, disse que o que tem sentido é que o povo está ao seu lado, mas não respondeu a uma pergunta sobre se entregaria o cargo caso perdesse nas urnas.

“Essas pesquisas não valem de nada... Se você acredita em pesquisas, não vou falar contigo”, respondeu Bolsonaro, ao jornalista da BBC, Leandro Prazeres. “Não vou falar em hipóte-

ses. Vamos ganhar no primeiro turno”, emendou, ao ser questionado sobre a possibilidade de ter de deixar o cargo caso perca as eleições.

Sobre o seu discurso na ONU, Bolsonaro afirmou que falará sobre a economia brasileira, que está em uma situação “bem mais tranquila” que o mundo, e mencionará a potência energética e de agronegócios que é o País. Ele disse ainda que os assaltos a bancos caíram pela metade em seu governo, que a violência caiu “bastante” e que o desemprego no Brasil baixou.

Bolsonaro deixou o hotel em que está hospedado, na região de Midtown, em Manhattan, por volta de 8h50, para se dirigir à 77ª Assembleia Geral da ONU.

TRE-RJ impõe multa de R\$ 30 mil a Daniel Silveira para cada nova propaganda

O desembargador Luiz Paulo da Silva Araújo Filho, do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, impôs multas de R\$ 30 mil e R\$ 70 mil ao deputado bolsonarista Daniel Silveira e ao PTB, respectivamente, para cada nova veiculação de propaganda do parlamentar condenado pelo Supremo Tribunal Federal na disputa eleitoral de 2022.

O magistrado considerou que foi veiculada ‘indevidamente’ propaganda na televisão após o TRE-RJ negar o registro de candidatura do parlamentar, que tenta concorrer a uma vaga no Senado. Quando barrou a candidatura de Silveira ao Senado - processo em grau de recurso, a Corte regional eleitoral fluminense proibiu o parlamentar de usar o horário eleitoral gratuito.

No entanto, segundo a Procuradoria Regional Eleitoral, Silveira descumpriu a decisão judicial e divulgou propaganda em cinco ocasiões distintas entre os dias 9 e 12 de setembro. Ao analisar o pedido da PRE, Luiz Paulo da Silva Araújo Filho apontou o ‘reiterado descumprimento’ da decisão do Tribunal Eleitoral do Rio e ponderou que

deve ser fixada multa coercitiva para ‘evitar novas violações’.

Ao fixar o valor da multa de Silveira, o desembargador apontou a ‘elevada capacidade econômica do candidato’ - que declarou ao TSE uma lista de R\$ 328 mil em bens -, além da ‘gravidade do fato, consistente na flagrante desobediência de ordem judicial; e sua danosa repercussão social, a afetar a credibilidade das decisões prolatadas por Cortes Eleitorais’.

Já ao impor multa ao PTB, o desembargador apontou a ‘extraordinária capacidade econômica e a imensa responsabilidade que devem ter as agremiações partidárias, em relação à lisura do processo eleitoral e ao cumprimento das decisões da Justiça Eleitoral’.

Além disso, o desembargador advertiu o parlamentar e o PTB indicando que as condutas caracterizam ‘ato atentatório à dignidade da justiça’, ‘por violação do dever de cumprir com exatidão as decisões jurisdicionais, de natureza provisória ou final, e não criar embaraços à sua efetivação’, podendo ser punidas com multa, ‘sem prejuízo das sanções criminais, civis e processuais cabíveis’.

Bolsonaro diz na ONU que Brasil chega ao fim de 2022 ‘em plena recuperação’

O presidente da República e candidato à reeleição, Jair Bolsonaro (PL), afirmou na abertura da 77ª Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) que seu governo fez esforços de modernização da economia brasileira. “Apesar da crise mundial, Brasil chega ao fim de 2022 em plena recuperação”, disse. Ele ressaltou que o País tem inflação em baixa e emprego em alta.

Bolsonaro destacou que ocorreu deflação no Brasil em julho e agosto. Ele também apontou que o custo de energia nacional não caiu devido a “tabelamento de preços ou intervenção federal”, e apontou que tem tranquilidade porque sua administração está no bom caminho.

Também apontou que o agronegócio é um “orgulho nacional” e que foi iniciada a maior colheita de grãos da história do País. “Na área sustentável, o Brasil é fonte de atipicidade para a ação internacional, parte da solução e referência para o mundo sustentável.”

Segundo o presidente, “dois terços de todo o território brasileiro permanecem com vegetação nativa. Mais de 80% da floresta amazônica continua intocada. É fundamental que, ao cuidarmos do meio ambiente, não esqueçamos das pessoas”, destacando que na região abriga mais de 20 milhões de habitantes “A subsistência de pessoas na Amazônia depende de algum aproveitamento econômico da floresta. Temos capacidade para ser um grande exportador mundial de energia limpa.” De acordo com o Bolsonaro, a agenda do desenvolvimento sustentável é afetada pelas ameaças à paz e à segurança internacional.

Ele também ressaltou que o conflito na Ucrânia serve de alerta. “Uma reforma da ONU é essencial para encontrarmos a paz

mundial. Após 25 anos de debates no Conselho da ONU, está claro que precisamos de soluções inovadoras.”

Acolhimento humanitário - Bolsonaro afirmou ainda que o País tem buscado atuar com bastante empenho para encontrar soluções pacíficas e negociadas de conflitos internacionais. “A política brasileira de acolhimento humanitário vai além da Venezuela. Temos também recebido haitianos, sírios, afegãos e ucranianos.”

O presidente ressaltou que o conflito na Ucrânia já se estende por sete meses e gera apreensão não apenas na Europa, mas em todo o mundo.

Também agradeceu aos países que colaboraram na evacuação de brasileiros que estavam na Ucrânia quando começou a guerra. “O Brasil tem se pautado pelos princípios do Direito Internacional e da Carta da ONU sobre guerra na Ucrânia. Defendemos um cessar-fogo imediato na Ucrânia e a proteção de civis e não-combatentes.”

Segundo Bolsonaro, seu governo tem tentado evitar o bloqueio dos canais de diálogo em relação à guerra no leste europeu, causado por polarização política e destacou que consequências do conflito já se fazem sentir nos preços mundiais de alimentos, combustíveis e outros produtos. “Impactos da guerra nos colocam a todos na contramão dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”, apontou.

“Países que se diziam líderes da economia de baixo carbono agora passaram a usar fontes sujas de energia. Uso de fonte de energia suja é um grave retrocesso para o meio ambiente.” Ele também apontou que apoia todos os esforços para reduzir os impactos econômicos desta crise.



ECONOMIA

Embraer anuncia investimento minoritário na empresa de drones XMobots

A Embraer anunciou ontem, 20, a assinatura de um acordo de investimento para participação minoritária na XMobots, empresa localizada em São Carlos, no interior de São Paulo, referência na produção de drones. A transação, cujo valor não foi divulgado, será realizada via fundo de investimentos cuja quotista única é a Embraer, com opção de aporte adicional futuro.

Em nota, a empresa diz que o negócio tem o objetivo de acelerar o futuro do mercado de drones autônomos de médio e grande porte, exploração conjunta de novos nichos de mercado e ampliar a rede de colaboração em pesquisa de novas tecnologias que tenham siner-

gias com as áreas de desenvolvimento tecnológico, unidades de negócio e inovação da Embraer, bem como a Embraer-X.

“Nossa estratégia de investimento e operações de capital de risco têm forte ênfase na inovação e parcerias, que são pilares do nosso plano de crescimento para os próximos anos”, destaca na nota Daniel Moczydlower, Head de Inovação da Embraer e Presidente e CEO da Embraer-X. Segundo a empresa, a XMobots nasceu com a missão de desenvolver o mercado de robôs móveis e ajudou a tornar os drones uma realidade cotidiana para os mercados de Agricultura de Precisão e Geotecnologias no Brasil e América Latina.

TIM, Vivo e Claro cobram R\$ 3,1 bi da Oi de indenização por compra de rede

A venda da rede móvel da Oi para TIM, Vivo e Claro ganhou na segunda-feira, 19, um novo capítulo, com o trio de compradoras cobrando mais de R\$ 3 bilhões na forma de desconto e indenização.

A rede móvel foi leiloada em dezembro de 2020, mas só teve o fechamento 16 meses depois, em abril de 2022, após receber aval da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e do Cade - este último, numa votação apertada.

A venda foi acertada por R\$ 16,5 bilhões, montante sujeito a ajustes para refletir a situação operacional e financeira da companhia ao longo desse período. A previsão de ajustes nos valores finais é normal em transações cujo desfecho leva tempo.

Neste caso, entretanto, o valor ficou muito acima do esperado por acionistas da Oi. O trio de compradoras alega que tem direito a um desconto de R\$ 3,186 bilhões. Deste total, R\$ 1,447 bilhão já está retido pelas companhias. Haveria, portanto, a necessidade de a Oi devolver R\$ 1,739 bilhão.

O valor total do ajuste corresponde a 89% do valor de mercado da própria Oi no fechamento do pregão de sexta-feira passada, quando estava avaliada em R\$ 3,578 bilhões. Ontem, as ações da Oi lideraram as quedas na Bolsa, com recuo de mais de 7%.

Se a cobrança estiver correta, a maior beneficiada seria a TIM, que ficou com a maior fatia da rede móvel da Oi e também pagou a maior parte.

Junta Comercial de SP amplia serviços online e prevê digitalização total em 2023

A Junta Comercial do Estado de São Paulo (Jucesp), órgão vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, disponibilizou seis novos serviços em seu sistema integrado de registro, o Via Rápida Empresa Digital, avançando para 72% de seu atendimento online.

Agora empresários podem solicitar alteração de nome empresarial, alteração de objeto social, alteração de endereço, atos de enquadramento, desequadramento e reenquadramento, tudo online.

“A desburocratização e o processo de digitalização da Junta realizado por essa gestão reduziu o tempo de abertura de empresas de 4 dias para somente 24 horas”, diz Zeina Latif, secretária de Desenvolvimento Econômico. “O resultado é que São Paulo nunca teve tantos empreendedores como agora, em média, são 7 mil novas micro

e pequenas empresas por mês, ou 350 empresas a cada dia útil. Um crescimento de mais de 7% sobre o ano passado “

A gestão iniciou o procedimento para implantação das aberturas do tipo jurídico S/A. O Estado tem registrado seguidos recordes de aberturas de empresas. O saldo líquido de abertura de empresas em SP cresceu 68% no primeiro semestre em comparação aos primeiros seis meses de 2019, período anterior à pandemia do Coronavírus.

Ainda segundo o levantamento, foram registrados 87,8 mil novos empreendimentos frente aos 52,2 mil abertos há três anos. Na comparação com o primeiro semestre de 2021, quando o saldo foi de 84,8 mil novas empresas, o crescimento foi de 3,5%. Já com o período de 2020, na pandemia, o resultado líquido foi de 46,3 mil constituições e alta de 89,3%.

Ipea: Taxa de desemprego dessazonalizada no mês de julho foi de 8,9%

A taxa de desemprego no mês de julho deste ano foi de 8,9%, uma queda de 3,9 pontos percentuais em relação a um ano antes, de acordo com cálculos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), feitos com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua apurada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado da Pnad Contínua referente ao trimestre terminado em julho passou por um tratamento estatístico para obter a taxa do mês de julho e descontar influências sazonais. A taxa de desocupação de 8,9% em julho é a menor desde julho de 2015, segundo o Ipea. Em um ano, a população desocupada recuou 28,7%, quase 4 milhões a menos, passando de 13,6 milhões em julho de 2021 para 9,7 milhões em julho de 2022.

“Esta queda do desemprego reflete o bom desempenho da

população ocupada, cujo ritmo de crescimento vem surpreendendo positivamente, de modo que, em julho, o contingente de ocupados na economia brasileira avançou 7,5%, na comparação interanual, abarcando aproximadamente 100,2 milhões de pessoas. Nota-se, ainda, que este efeito positivo do bom desempenho da ocupação sobre a redução do desemprego poderia ser ainda maior, se não fosse o aumento da taxa de participação, impulsionada por um crescimento potente da força de trabalho”, apontou a Carta de Conjuntura divulgada pelo Ipea nesta terça-feira, 20.

No mês de julho de 2021, a taxa de desemprego estava em 12,8%, calculou o Ipea.

Pelos dados divulgados pelo IBGE, a taxa de desemprego foi de 9,1% no trimestre terminado em julho de 2022 ante um resultado de 13,7% no trimestre encerrado em julho de 2021.

Brasil e Estados Unidos firmam acordo de reconhecimento entre aduanas

As empresas brasileiras certificadas como operadores econômicos autorizados (OEA) poderão exportar mais rapidamente e com menos burocracia para os Estados Unidos. Após sete anos de negociações, a Receita Federal assinou acordo de reconhecimento mútuo (ARM) com a aduana norte-americana.

Por meio do acordo, os dois países oficializam a parceria entre seus programas de operador econômico autorizado. Com essas iniciativas, as alfândegas dos países reconhecem empresas que operam a cadeia logística internacional com garantia da segurança das cargas e as normas tributárias e aduaneiras. A adesão aos programas é voluntária.

As discussões entre as equipes técnicas da Receita Federal e do Serviço de Alfândega e Proteção de Fronteiras do Governo dos Estados Unidos da América começaram em 2015, com a assinatura do plano de trabalho conjunto. Com a assinatura do acordo, o programa brasileiro de OEA passa a ser



As discussões entre as equipes técnicas da Receita Federal e do Serviço de Alfândega e Proteção de Fronteiras do Governo dos Estados Unidos da América começaram em 2015.

compatível com o Customs Trade Partnership Against Terrorism (C-TPAT), um dos maiores programas de certificação em segurança da cadeia logística do mundo.

Agora, as empresas brasileiras certificadas como OEA-Segurança serão reconhecidas como empresas

mais seguras e de menor risco. Com a maior confiabilidade, cairá o percentual de inspeções das exportações brasileiras para os Estados Unidos. Além disso, quando as cargas dessas empresas forem escolhidas para verificação, terão prioridade na análise. Destino de 14% das

exportações do país, os Estados Unidos são o segundo maior parceiro comercial do Brasil, com fluxo de mais de US\$ 70,53 bilhões em 2021. Desse total, o Brasil exportou US\$ 31,15 bilhões para o mercado norte-americano e importou US\$ 39,38 bilhões de lá.

Mercado espera Selic ainda de 13,75%



O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto.

No último dia 5, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou em evento que o Copom avaliaria um novo aperto na taxa de juros. No dia seguinte, o diretor de Política Monetária da autarquia, Bruno Serra, acrescentou ser “inconsistente” o mercado projetar inflação acima do cen-

tro da meta em 2024 enquanto discute a queda dos juros em 2023. Ou seja, o recado era de que o banco não iria “baixar a guarda”. Mesmo assim, bancos e consultorias acreditam que o ciclo de alta da Selic, a taxa básica de juros, chegou ao fim na reunião de agosto. Para 41 das 50 instituições financeiras

ouvidas pelo Projeções Broadcast, a taxa deve ser mantida em 13,75% na reunião que começou ontem e termina hoje, movimento que encerraria o mais longo ciclo de aperto monetário da história. No entanto, economistas reconhecem que aumentou o risco de ajuste residual de 0,25 ponto.

Para Luís Otávio de Souza Leal, economista-chefe do Banco Alfa, o cenário é de manutenção dos juros em 13,75%, em uma decisão que deve ser acompanhada de um discurso duro por parte do BC. O economista reconhece que, diante do aumento das projeções de inflação para 2024, o Copom pode optar por um aperto residual como forma de sinalizar ao mercado o seu comprometimento com a meta.

“O único motivo pelo qual eu vejo o risco de um aumento para 14% é para reforçar não só com palavras, mas com ações, esse discurso ‘hawkish’ (inclinação por taxas de juros mais altas para conter a inflação). Em termos de convergência da inflação, não vejo esse 0,25 ponto de diferença ter um impacto relevante, mas poderia ser uma forma de fazer o mercado reverter essa expectativa de 2024”, diz.

O economista Silvio Campos Neto, da Tendências Consultoria Integrada, espera alta da Selic para 14% em setembro, mas reconhece um “cenário dividido” na reunião. “A possibilidade de encerrar o ciclo em 13,75% está em jogo, até porque os sinais desde o último Copom não foram claros”, diz.

Veículos elétricos começam a transformar a mobilidade no Brasil

A cada dia, a mobilidade no Brasil é transformada pelo crescimento do número de veículos elétricos em circulação pelo País. Essa mudança não ocorre apenas devido a ampliação da oferta de veículos, mas também por conta do desenvolvimento de toda a rede de suporte, que consiste em mais pontos de abastecimento, benefícios e facilidades na hora de adquirir e locar essa categoria de automóveis, entre outros.

Esse processo de transformação fica claro com ações como a da Aliança Sustentável pela Mobilidade, uma iniciativa liderada pela 99 e que inclui importantes empresas do segmento.

Recentemente, o Brasil conquistou a marca de mais de 100 mil veículos eletrificados, de acordo com números apurados pela Associação Brasileira do Veículo Elétrico (ABVE).

A quantia ainda representa uma parcela pequena na frota brasileira, estimada em 111.446.870 veículos, segundo dados consolidados pelo Instituto Brasileiro de Geo-

grafia e Estatística (IBGE) em 2021. Entretanto, essa marca demonstra um avanço para o desenvolvimento de um segmento tão importante que está em expansão em todo o mundo.

Só para ter uma ideia, a ABVE registrou a comercialização de 23.033 veículos leves até 26 de julho, alta de 31% na comparação com o mesmo período do ano anterior.

Evolução do setor - Os números demonstram tanto o avanço quanto o potencial para o desenvolvimento do segmento de veículos de baixa emissão no País

“O Brasil está no rumo certo, mas ainda falta muita coisa para a eletrificação avançar”, disse Adalberto Maluf. Após a divulgação do balanço, ele pediu licença do cargo de presidente da ABVE, assumido na sequência por Antônio Calcanotto. Para incentivar a transição de veículos a combustão para veículos elétricos, Adalberto Maluf destacou a necessidade do desenvolvimento de uma política nacional para tratar do tema.

Fundo Garantidor de Crédito fala em monitorar ‘de perto’ a inadimplência

O nível de inadimplência nas carteiras dos bancos está sendo acompanhado de perto pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC), especialmente com a revisão das projeções do mercado de corte da taxa Selic neste segundo semestre, além do aumento da exposição dos poupadores às instituições menores.

O diretor executivo do FGC, Daniel Lima, afirmou que o volume de depósitos entre as instituições de menor porte - classificadas pelo Banco Central como S2, S3, S4 e S5 - dobrou em pouco mais de dois anos, velocidade nunca vista anteriormente. Segundo ele, de R\$ 1,86 trilhão em depósitos que compõe o limite de cobertura do fundo, R\$ 320 bilhões são de instituições S2, S3, S4 e S5. Esse risco era de cerca de R\$ 150 bilhões antes da pandemia, diz Lima. Criado em 1995, o fundo tem a função e ressarcir depositantes e investidores em caso de intervenção e liquidação extrajudicial de uma instituição financeira, respeitando determinados limites de valores.

“É um aumento que precisa ser observado. O risco está crescendo e tem mais depósitos no mercado em instituições não S1”, disse Lima. Ele ponderou

que esse crescimento fora do S1 é natural, como reflexo da popularização de corretoras e distribuidoras de valores mobiliários e da agenda de descentralização do mercado. “Antes, quem queria captar tinha de gastar muita sola de sapato, agora está mais fácil”, lembrou. O FGC começou a publicar mensalmente o detalhamento da exposição de sua cobertura entre as instituições financeiras S1 (de porte igual ou superior a 10% do PIB) e as S2 (abaixo desse patamar, mas superior a 1% do PIB). Lima disse que o fundo sempre teve essa visão segmentada de sua exposição, mas que resolveu torná-la pública para aumentar a transparência e dar ferramentas de análise de risco ao mercado. Segundo ele, a inadimplência é uma questão que tem permeado as preocupações de todo o sistema financeiro, que, por sua vez, já vem se preparando para a nova realidade de pelo menos um ano e meio de inflação mais alta e de taxa de juro em patamar mais elevado. “Temos conversado bastante com as associadas, não enxergamos nenhum risco grande, mas é um período em que temos de estar de olho e para ser acompanhado de perto”, afirmou.



INTERNACIONAL

Ucrânia acusa Rússia de terrorismo nuclear após ataque perto de usina

Um míssil russo explodiu a menos de 300 metros dos reatores da usina de Pivden-noukrainsk, no sul da Ucrânia. Autoridades ucranianas acusaram a Rússia de “terrorismo nuclear” e disseram que o ataque por pouco não causou um desastre.

O míssil criou uma cratera de 2 metros de profundidade e 4 metros de diâmetro, de acordo com a operadora Energoatom. Os reatores estavam operando normalmente e nenhum funcionário ficou ferido. O ataque, porém, renovou os temores de que a guerra possa causar um desastre nuclear.

A usina é a segunda maior da Ucrânia, depois de Zaporizhzhia, que tem sido repetidamente atacada. Os reatores das duas instalações são do mesmo projeto. Após recuo de suas tropas, nos últimos dias, o presidente russo, Vladimir Putin, prometeu intensificar os ataques à infraestrutura ucraniana.

Energia - O ataque causou o desligamento temporário de uma usina hidrelétrica, quebrou mais de 100 janelas no complexo e cortou três linhas de transmissão de ener-



O míssil criou uma cratera de 2 metros de profundidade e 4 metros de diâmetro, de acordo com a operadora Energoatom.

gia, de acordo com autoridades ucranianas.

O Ministério da Defesa da Ucrânia divulgou um vídeo mostrando duas grandes bolas de fogo explodindo uma após a outra no escuro, seguidas por chuvas incandescentes de faíscas.

O Ministério da Defesa russo não comentou o ata-

que. A Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) também não se manifestou. Petro Kotin, chefe da Energoatom, disse que, embora os edifícios de concreto que abrigam os reatores sejam construídos para resistir ao impacto de um avião, a explosão de ontem seria poderosa o suficiente para danificar as

estruturas de contenção, caso o míssil tivesse caído mais perto. “Não há outra maneira de caracterizar isso, exceto o terrorismo nuclear”, disse.

O ataque de segunda-feira ocorreu em meio aos constantes bombardeios a outra grande usina, Zaporizhzhia, a maior da Europa e umas das dez maiores do mundo.

Guterres pede taxaço de empresas de energia fóssil e alerta para crise alimentar



Segundo Guterres, os ideais que a ONU representam “estão em perigo”, e sua ação está presa por “disfunções globais”.

O secretário-geral da ONU, António Guterres, iniciou a 77ª Assembleia-Geral da entidade na manhã de ontem, 20, alertando sobre os

crescentes problemas e desafios para a comunidade global, que podem terminar em escassez de alimentos no ano que vem e desastre climático

a longo prazo. “Navegamos em águas agitadas. Um inverno de descontentamento está chegando em escala global”, afirmou.

Segundo Guterres, os ideais que a ONU representam “estão em perigo”, e sua ação está presa por “disfunções globais”. De acordo com ele, um dos focos no momento deve ser elevar as entregas de fertilizantes da Rússia para o resto do mundo. Se isso não for feito, a crise de fertilizantes pode virar uma crise de escassez alimentar global em 2023, alertou. A longo prazo, Guterres pediu que o mundo, em especial os países mais ricos, parem com a “guerra suicida contra o clima”.

Ele instou as nações ricas a taxarem lucros excessivos de empresas produtoras de combustíveis fósseis e redirecioná-los em investimentos aos países mais vulneráveis.

“Nosso mundo está viciado em combustíveis fósseis. É hora de uma intervenção. Precisamos responsabilizar as empresas de combustíveis fósseis e seus facilitadores”, cobrou.

Tufão Nanmadol atinge Japão com chuva recorde e mar agitado e deixa mortos

O tufão Nanmadol levou ventos fortes e chuvas recordes ao oeste do Japão na segunda-feira, 19, quando uma das maiores tempestades a atingir o país em anos matou pelo menos duas pessoas, interrompeu o transporte, deixou o mar agitado e forçou os fábricas a suspender as operações. O primeiro-ministro japonês, Fumio Kishida, atrasou sua partida para Nova York, onde deve fazer um discurso na Assembleia Geral da ONU.

“Adiei minha partida programada para hoje para fazer um balanço dos danos causados pelo tufão e tomar todas as medidas possíveis para a recuperação”, disse Kishida a repórteres na noite de segunda-feira, no horário local. O 14º tufão da temporada no Japão atingiu

a costa perto da cidade de Kagoshima na noite de domingo, 18, antes de atingir a ilha ocidental de Kyushu e abalar a ilha principal de Honshu na manhã de segunda.

Um rio na província de Miyazaki, em Kyushu, transbordou, inundando campos e estradas, mostraram imagens da emissora estatal NHK.

“Precisamos permanecer altamente vigilantes para fortes chuvas, vendavais, ondas altas e tempestades”, disse uma autoridade da Agência Meteorológica do Japão (JMA) em entrevista coletiva. A NHK informou que um homem foi encontrado morto dentro de seu carro, que ficou submerso no meio de um campo, enquanto outro homem morreu após um deslizamento de terra.

Presidente da Colômbia pede na ONU fim de ‘guerra irracional contra as drogas’

Em discurso na 77ª Assembleia-Geral das Nações Unidas, o presidente da Colômbia, Gustavo Petro, usou seu tempo para criticar a guerra da Rússia na Ucrânia e pedir para que outros países parem de investir na guerra contra as drogas. “Não afete a beleza de meu país com seu veneno”, disse, ressaltando a importância da Floresta Amazônica para o país.

“Peço à minha querida América Latina que pare com a guerra irracional contra as drogas”,

afirmou o presidente colombiano, que defendeu que não é preciso de uma guerra para diminuir o consumo de drogas e criar uma sociedade melhor.

De acordo com Petro, quando se fala sobre deixar o petróleo e gás, “inventam uma guerra atrás da outra”.

Ele citou o atual conflito no Leste Europeu, mas também Síria e Iraque. “As guerras se tornaram uma desculpa para não lidar com a crise climática”, disse.

Na ONU, presidente da Turquia defende solução diplomática para guerra na Ucrânia

O presidente da Turquia, Recep Tayyip Erdogan, defendeu ontem, 20, que organizações internacionais e países colaborem para se buscar uma solução diplomática para a guerra entre a Ucrânia e a Rússia, a única possível nesse caso, segundo ele. Durante discurso na Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), a autoridade ressaltou o trabalho de seu governo para tentar mediar um acordo e citou como caso de sucesso um acordo para a liberação de grãos ucranianos exportados para o mercado global.

Erdogan disse que as exportações de grãos da Ucrânia “estão ganhando impulso”. Segundo ele, o pacto foi fechado com participação da Turquia e também da ONU. “As negociações podem gerar resultados, especialmente em questões vitais para todas as partes”, argumentou. O líder turco também falou sobre o “choque de energia”

atual, que provoca “forte pressão inflacionária”. De acordo com Erdogan, o seu país tem como na energia “não como uma questão de competição, mas uma área de cooperação”.

Ele disse que a Turquia tem reativado vários projetos nessa frente, a fim de garantir a segurança energética “não apenas em nossa região, mas global”.

Erdogan pediu uma ONU “mais efetiva e influente” e “mais inclusiva”. Ele ainda destacou o fato de que a Turquia forneceu ajuda humanitária a dezenas de países durante a pandemia, enquanto produz sua versão local de vacina contra a covid-19, a turcovac, e também lembrou que o país ratificou o Acordo de Paris no ano passado.

O presidente turco ainda disse que a relação de seu país com a América Latina tem se fortalecido, “baseada no respeito mútuo”, mas sem entrar em detalhes nesse caso.

Casa Branca: países do Atlântico vão aprimorar cooperação regional

O governo dos Estados Unidos quer aprimorar a cooperação regional entre os países que fazem fronteira com o Oceano Atlântico, informou o conselheiro para Assuntos de Segurança Nacional do Presidente Joe Biden, Jake Sullivan, durante uma coletiva ontem, 20, na Casa Branca.

“Os países do Atlântico se reuniram hoje na para aprimorar a cooperação regional e desenvolver uma abordagem compartilhada para as questões do Oceano Atlântico. Esperamos continuar o diálogo e explorar oportunidades de parceria na região atlântica”, disse Sullivan a jornalistas em Washington.

Em um comunicado divulgado pela Casa Branca foi informado que os EUA, Angola, Argentina, Brasil, Canadá, Costa Rica, Costa do Marfim, Guiné Equatorial, Gana, Guiné-Bissau, Irlanda, Maurítania, Holanda, Noruega, Portugal, Senegal, Espanha, Reino Unido e Estados Unidos, “como países costeiros que fazem fronteira com o Oceano Atlântico e membros da

comunidade de países do Atlântico, compartilham o compromisso com uma região atlântica pacífica, próspera, aberta e cooperativa, preservando o oceano como um recurso saudável, sustentável e resiliente para as próximas gerações”.

Desafios como pirataria, crime organizado transnacional, pesca ilegal, não declarada e não regulamentada, das Alterações Climáticas, poluição e a degradação ambiental representam uma ameaça aos nossos meios de subsistência, diz o texto. Sullivan afirmou que serão exploradas oportunidades para promover objetivos compartilhados de desenvolvimento sustentável, econômico, ambiental, científico e de governança marítima em todo o Atlântico, de acordo com o direito internacional.

“Nosso objetivo é melhorar a cooperação regional, desenvolver uma abordagem compartilhada para as questões do Oceano Atlântico e construir capacidade compartilhada para resolver os desafios que enfrentamos no Atlântico”, afirmou.



O presidente russo, Vladimir Putin.

Ocidente de tentar desestabilizar a Bósnia e o resto dos Bálcãs por meio de seus representantes na Sérvia e na Bósnia. Dodik tem defendido abertamente a separação da

metade da Bósnia controlada pelos sérvios de uma federação bosno-croata e a união com a vizinha Sérvia. Na véspera de sua visita a Moscou, Dodik deu uma en-

trevista à agência de notícias estatal russa TASS, na qual repetiu suas visões separatistas, mas também acrescentou seu endosso à invasão russa da Ucrânia.

(Foto: EBC)

(Foto: EBC)



CONTEXTO JURÍDICO

Ampliação de autoridades com foro especial em Roraima é inconstitucional, decide STF

Dispositivo previa foro por prerrogativa de função a diretores-presidentes de entidades da administração indireta e ao reitor da universidade

O Supremo Tribunal Federal (STF) declarou inconstitucional dispositivo da Constituição de Roraima que atribuía foro no Tribunal de Justiça local a diretores-presidentes das entidades da administração estadual indireta e ao reitor da universidade estadual. A decisão unânime foi tomada na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6511, na sessão virtual finalizada em 13/9.

Simetria - A norma invalidada atribuía ao Tribunal de Justiça estadual (TJ-RR) a competência para processar e julgar crimes comuns prati-

cados pelos ocupantes desses cargos. O voto do ministro Dias Toffoli, relator da ADI, conduziu o entendimento unânime da Corte, ao aplicar a jurisprudência recente (ADI 2587) de que os estados devem observar o modelo adotado na Constituição Federal.

Segundo Toffoli, a Constituição de Roraima violou as regras de reprodução automática da Constituição Federal em relação às autoridades destinatárias da prerrogativa de foro. Em razão da segurança jurídica, tendo em vista que a norma questionada está em vigor há mais de 12 anos, o ministro Dias Toffoli votou para que os efeitos da decisão sejam conferidos a partir do julgamento da ADI.

so Nacional aprovou o Projeto de Lei (PL) 2.033/2022, que estabeleceu as hipóteses de exames ou tratamentos de saúde que não estão incluídos no rol de procedimentos e eventos em saúde suplementar. Segundo Barroso, o Legislativo buscou solucionar a principal controvérsia tratada nas ações - a obrigatoriedade da cobertura de procedimentos médicos não incluídos no rol da ANS. Caso o texto aprovado se torne lei, haverá repercussão sobre o objeto das ADIs.

Indefinição - O ministro também verificou que o presidente da República tem até o dia 26/9, quando começaria a audiência, para sancionar ou vetar o projeto de lei. Há, portanto, indefinição sobre a manutenção da vigência das normas discutidas nas ações. Caso permaneça a necessidade da audiência, novas datas serão definidas e divulgadas.

Ministro Barroso adia audiência pública sobre rol taxativo da ANS

O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), adiou a audiência pública sobre o rol taxativo para cobertura dos planos de saúde, que ocorreria nos dias 26 e 27/9.

Barroso é relator de cinco ações (ADIs 7088, 7183 e 7193 e ADPFs 986 e 990) contra dispositivos da Lei dos Planos de Saúde (Lei 9.961/2000), da Lei 9.656/1998 e da Resolução Normativa 465/2021 da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que estabelecem a competência da agência para definir a amplitude das coberturas dos planos, regulam o procedimento de atualização do rol de procedimentos e eventos em saúde suplementar e afirmam o seu caráter taxativo.

Aprovação do PL - Após o fim do prazo para manifestação dos interessados em participar da audiência e do envio de convites, o Congres-

so Nacional aprovou o Projeto de Lei (PL) 2.033/2022, que estabeleceu as hipóteses de exames ou tratamentos de saúde que não estão incluídos no rol de procedimentos e eventos em saúde suplementar. Segundo Barroso, o Legislativo buscou solucionar a principal controvérsia tratada nas ações - a obrigatoriedade da cobertura de procedimentos médicos não incluídos no rol da ANS. Caso o texto aprovado se torne lei, haverá repercussão sobre o objeto das ADIs.

Indefinição - O ministro também verificou que o presidente da República tem até o dia 26/9, quando começaria a audiência, para sancionar ou vetar o projeto de lei. Há, portanto, indefinição sobre a manutenção da vigência das normas discutidas nas ações. Caso permaneça a necessidade da audiência, novas datas serão definidas e divulgadas.

ICMS: estados devem garantir diferencial competitivo do etanol

O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou aos estados, ao Distrito Federal e ao Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) que alterem a tributação pelo ICMS do etanol hidratado, a fim de garantir o diferencial competitivo desse combustível em patamar igual ou superior à gasolina comum. A alteração deve ter como referencial a data de 15/5/2022. A decisão, proferida a partir de petições apresentadas na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7164, fundamentou-se na Emenda Constitucional (EC) 123/2022, que prevê a competitividade dos biocombustíveis Em compensação financeira

a essa determinação, a União deverá deduzir, das parcelas das dívidas dos estados e do DF, as perdas de arrecadação decorrentes da redução da alíquota superiores a 5% em relação a 2021, independentemente de formalização de aditivo contratual.

O ministro também prorrogou por 30 dias o prazo de cumprimento de decisão anterior em relação ao etanol anidro e ao biodiesel e concedeu prazo adicional, também de 30 dias, para que os estados e o DF implantem o regime monofásico previsto na Lei Complementar 192/2022. Nesse regime, o ICMS passa a ser recolhido uma vez na cadeia produtiva dos combustíveis.

ICMS: STF invalida mais normas estaduais que fixavam alíquotas maiores para energia elétrica e comunicações

O Supremo Tribunal Federal (STF) julgou inconstitucionais normas dos Estados do Paraná, do Amapá e do Amazonas que fixavam a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para energia elétrica e telecomunicações em patamar superior ao estabelecido para as operações em geral. A decisão foi tomada na sessão virtual encerrada em 13/9, nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs 7110, 7126 e 7129), ajuizadas pelo procurador-geral da República, Augusto Aras.

Serviços essenciais - A relatora das ADIs, ministra Rosa Weber, presidente do Tribunal, destacou que o Supremo já fixou a tese de repercussão geral (Tema 745) de que, em razão da essencialidade dos serviços, a alíquota de ICMS sobre

operações de fornecimento de energia elétrica e telecomunicações não pode ser superior à cobrada sobre as operações em geral. Ela lembrou que, em ações idênticas, também ajuizadas pela PGR, o Tribunal reafirmou esse entendimento.

Em relação à norma do Amapá (ADI 7126), a inconstitucionalidade abrange apenas a alíquota relativa aos serviços de comunicação.

Modulação dos efeitos - A decisão terá eficácia a partir do exercício financeiro de 2024. O colegiado levou em consideração a segurança jurídica e o interesse social envolvido na questão, em razão das repercussões aos contribuintes e à Fazenda Pública dos três estados, que terão queda na arrecadação e ainda poderão ser compelidos a devolver os valores pagos a mais.

STF valida compartilhamento de dados mediante requisitos

Por maioria dos votos, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que órgãos e entidades da administração pública federal podem compartilhar dados pessoais entre si, com a observância de alguns critérios. A decisão ocorreu na sessão plenária de quinta-feira (15) na análise conjunta da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 6649) e da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 695). As ações foram ajuizadas, respectivamente, pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e pelo Partido Socialista Brasileiro, que alegavam que o Decreto 10.046/2019 da Presidência da República, que dispõe sobre a governança desse compartilhamento de dados, geraria uma espécie de vigilância massiva e representaria controle inconstitucional do Estado, entre outras alegações.

Parâmetros - O voto condutor do julgamento foi o do relator, ministro Gilmar Mendes, no sentido da possibilidade de compartilhamento, desde que observados alguns parâmetros. Segundo ele, a permissão de acesso a dados pressupõe propósitos legítimos, específicos e explícitos para seu tratamento e deve ser limitada a informações indispensáveis ao atendimento do interesse público.

Controle rigoroso - No seu entendimento, o compartilhamento deve ser limitado ao mínimo necessário, para atender a finalidade informada. Também



O voto condutor do julgamento foi o do relator, ministro Gilmar Mendes, no sentido da possibilidade de compartilhamento, desde que observados alguns parâmetros.

deve cumprir integralmente os requisitos, as garantias e os procedimentos estabelecidos na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei 13.709/2018) compatíveis com o setor público. Entre eles, citou mecanismos rigorosos de controle de acesso ao Cadastro Base do Cidadão, publicidade do compartilhamento ou do acesso a banco de dados pessoais e fornecimento de informações claras e atualizadas sobre previsão legal, finalidade e práticas utilizadas.

Registro de acesso - Para o Plenário, a necessidade de incluir

ção de novos dados pessoais na base integradora, como a escolha das bases temáticas que comporão o cadastro, deve ter justificativa formal, prévia e detalhada. Cabe ao Comitê Central instituir medidas de segurança compatíveis com os princípios de proteção da LGPD, em especial a criação de sistema eletrônico de registro de acesso, a fim de responsabilização em caso de abuso.

Atividades de inteligência - O Tribunal decidiu, ainda, que o compartilhamento de informações pessoais em atividades de inteligência deve observar le-

gislação específica e parâmetros fixados no julgamento da ADI 6529 (que limitou o compartilhamento de dados do Sisbin) e atender ao interesse público, entre outros.

Responsabilização - Em relação à responsabilidade civil nos casos em que órgãos públicos utilizarem dados de forma contrária aos parâmetros legais e constitucionais, o STF concluiu que o Estado poderá acionar servidores e agentes políticos responsáveis por atos ilícitos, visando ao ressarcimento de eventuais danos.

criado com endereço eletrônico com o nome do candidato' e com a frase "Ameaça ao Brasil". Ela indicou que entre as imagens dispostas no site, há a "caricatura do candidato como entidade maligna, palhaço e como o líder nazista Adolf Hitler".

"A análise inicial conduz à conclusão de plausibilidade de se ter propaganda eleitoral irregular negativa. A utilização de página na internet, sem qualquer relação com partido, coligação ou candidata e candidato, caracteriza manifesta ilegalidade, exigindo-se a imediata suspensão do acesso", ponderou.

Ao acionar o TSE, a coligação Pelo Bem do Brasil alegou que o site era uma "estratégia de marketing concebida para oposição política direta e frontal à candidatura de Jair Bolsonaro". Para pedir a derrubada do da plataforma com críticas ao chefe do Executivo, a aliança sustentou que o Código Eleitoral não permite "a propaganda que visa caluniar, difamar ou injuriar quaisquer pessoas, órgãos ou entidades que exerçam autoridade pública".

Cármén Lúcia manda derrubar site que atribui a Bolsonaro 'ameaça' ao País



A análise inicial conduz à conclusão de plausibilidade de se ter propaganda eleitoral irregular negativa. A utilização de página na internet, sem qualquer relação com partido, coligação ou candidata e candidato, caracteriza manifesta ilegalidade, exigindo-se a imediata suspensão do acesso", ponderou a ministra Cármén Lúcia.

A ministra Cármén Lúcia, do Tribunal Superior Eleitoral, acolheu um pedido da coligação Pelo Bem do Brasil, que patrocina a campanha do presidente Jair Bolsonaro à reeleição, e mandou retirar do ar o site "www.bolsonaro.com.br", que reúne uma série de críticas ao chefe do Executivo. A magis-

trada viu "violação à legislação eleitoral".

Cármén entendeu que o site "foi criado com a finalidade de induzir o eleitor em erro ao ser

trada viu "violação à legislação eleitoral".

Cármén entendeu que o site "foi criado com a finalidade de induzir o eleitor em erro ao ser

Piauí e Sergipe não podem ampliar convocação de autoridades por Assembleias Legislativas

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) anulou ou ajustou dispositivos das Constituições dos estados do Piauí e de Sergipe que permitiam a ampliação do rol de autoridades que poderiam ser convocadas pelas Assembleias Legislativas para prestar informações sobre fatos determinados. Os dispositivos julgados também atribuíam a prática de crime de responsabilidade nos casos de ausência sem justificativa adequada.

O colegiado julgou parcialmente procedentes os pedidos formulados nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 6641, do Piauí, e 6642, de Sergipe, ajuizadas pelo procurador-geral da República, Augusto Aras. As decisões foram unâni-

me, na sessão virtual concluída em 13/9. A exemplo de outros julgamentos sobre leis semelhantes de outros estados, o Tribunal considerou incompatível com o modelo previsto no artigo 50 da Constituição Federal a ampliação do rol de autoridades

Supremo invalida cobrança de taxas em processos administrativos fiscais no Ceará

O Supremo Tribunal Federal (STF) julgou inconstitucional a instituição de taxa de fiscalização de serviço público relativa a processos administrativos fiscais no âmbito da Secretaria de Fazenda Estadual. A decisão unânime foi tomada na sessão virtual encerrada em 13/9, na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6145, ajuizada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Recurso administrativo - Entre os dispositivos anulados estão os que instituíam a cobrança de taxa pela impugnação em primeira instância administrativa e pela interposição de recurso, ainda que a lei ressaltasse que a admissão dos pedidos não estava condicionada ao recolhimento dos valores.

Em seu voto, a relatora, ministra Rosa Weber, registrou que a Constituição Federal assegura o exercício do direito de petição independentemente do pa-

gamento de taxas, sob pena de inviabilizar o direito de defesa e coibir o abuso de poder. E, de acordo com a jurisprudência do STF, o recurso administrativo é um desdobramento do direito de petição (Súmula Vinculante 21).

Segundo a ministra, ainda que as normas afirmassem que o recolhimento da taxa não era requisito de admissibilidade do recurso administrativo, a simples existência da cobrança, independentemente do momento, contraria a Constituição.

Perícias e diligências - Também foram questionados dispositivos que instituíram a cobrança de taxa para a realização de perícias e diligências a pedido do contribuinte, em valor fixo. Nesse ponto, a ministra explicou que esses atos se qualificam como serviços públicos específicos para a instrução do processo administrativo fiscal. Dessa forma, a instituição de taxa não viola a ampla defesa e o contraditório.



ESPORTES

Corinthians usará semana livre para deixar Renato Augusto 100% para decisão

A final da Copa do Brasil ainda está distante. Os jogos com o Flamengo serão apenas nos dias 12 e 19 de outubro, mas a parada da Data Fifa será bastante útil para o Corinthians deixar seu principal jogador para a decisão com o Flamengo 100% fisicamente. Renato Augusto passou um tempo fora por lesão e mesmo atuando nos últimos jogos, ainda não estava “inteiro.”

Vítor Pereira sempre reclamou da falta de tempo para inserir suas ideias e também lamentou os desfalques por lesão. Agora o técnico português tem as peças de volta e o tão sonhado tempo para deixar as principais opções livres dos problemas que fizeram o Corinthians oscilar em boa parte da temporada, amargando algumas derrotas dolorosas.

Renato Augusto ficou 13 jogos fora por causa de uma grave lesão na panturrilha entre junho e julho. Retornou no começo de agosto, mas um edema no local voltou a atrapalhar sua sequência de partidas. Não encarou o Internacional e ficou no banco contra São Paulo e América-MG, entrando apenas no segundo tempo. Na semifinal contra o Fluminense, foi para o sacrifício pela necessidade da vitória e abriu o caminho para a vaga.



Renato Augusto passou um tempo fora por lesão.

Como não havia o risco de lesão, jogou enquanto teve fôlego. Acabou substituído por Giuliano, extremamente cansado, na fase final e admitiu não estar 100%. Mas mostrou que é imprescindível caso o Corinthians queira desbancar o favorito Flamengo na decisão pela visão diferenciada.

O departamento de fisiologia corintiano vai dar atenção especial para o camisa 8 nesses dias. Renato admite que precisa

ficar sem jogar para acabar de vez com o problema. Mas está confiante já projetando o futuro. “O Corinthians está crescendo no momento certo e com todos à disposição podemos ter perspectivas de título”, afirma o meia, crente que os dias livres o deixarão pronto e podem fazer a diferença para que o futebol do time equilibre as ações contra o estrelado elenco carioca. Maycon e Fagner são outros jogadores que vêm recebendo um

trabalho diferenciado. O retorno após folga de dois dias ocorre nesta quarta-feira.

Antes de encarar o Flamengo, o Corinthians ainda terá quatro compromissos pelo Brasileirão. Três deles serão na Neo Química Arena, onde Vítor Pereira vai testar suas artimanhas para a Copa do Brasil, contra Atlético-GO (dia 28), Cuiabá (1/10) e Athletico-PR (8/10). A única visita será ao lanterna Juventude, dia 4.

Vetado no Santos e traído na política, Luxa quer futebol de volta às origens



Aos 70 anos, Vanderlei Luxemburgo vive o que indica ser os seus últimos anos no futebol. Dispensado por Ronaldo Fenômeno do Cruzeiro no fim do ano passado, o experiente treinador não se recolocou ainda em outro clube. Nesse período desempregado, foi traído na política e esteve perto de assumir o Santos, mas seu nome foi vetado pelo Comitê de Gestão do clube após a demissão de Lisca. O treinador disputaria uma vaga ao Se-

nado pelo PSB-TO, mas o diretório estadual do partido removeu a sua candidatura no início do mês de agosto. Na ocasião, Luxemburgo avaliou ter sido “apunhalado nas costas”. Após o episódio, cogitou até processar a sigla pela “postura ditatorial e rasteira” e decidiu não concorrer a nenhum outro cargo político no pleito deste ano.

“Fui traído no futebol e na política”, diz ele, rindo da própria situação. A “traição” que

cita no futebol é a dispensa do

Cruzeiro depois que o clube mineiro virou SAF (Sociedade Anônima do Futebol). “Tinha o pensamento de resgatar o Cruzeiro. Veio o Ronaldo e ele optou por outra situação. É um direito que ele tem”, recorda-se. Luxemburgo tem empresas no Tocantins. Entre seus principais negócios está a TV Jovem, afiliada da TV Record. Pensando na eleição, ele rodou semanas pelo Estado com a equipe da

emissora para conhecer o interior tocantinense. “O Brasil precisa de jovens discutindo política, senão não vai melhorar nunca”, reflete o treinador.

Nesse período, diz ter recebido “uma porção de propostas” no futebol. A última delas foi do Santos, para onde voltaria não fosse o veto do Comitê de Gestão do clube. “Eu dei uma parada. Talvez até volte. Experiência é experiência. O cara experiente não pode ser confundido com o ultrapassado”. Luxemburgo estava contente com a ideia de iniciar sua quinta passagem como técnico do Santos, clube pelo qual tem carinho e conquistas e alguns desafetos. Seu plano era comandar a equipe até o fim da temporada e, no próximo ano, virar coordenador técnico, repetindo Felipão no Athletico-PR. Mas seu nome não foi aprovado pelos dirigentes e conselheiros santistas.

“Não larguei a bola ainda. Essa por** é tão gostosa que dá vontade de voltar a estar dentro do campo”, havia avisado o treinador, aos risos, sem largar os tradicionais palavrões de sua carreira, dias antes de receber a proposta do time da Baixada Santista, que vive temporada sem dinheiro, com elenco reduzido e atualmente sem treinador após a demissão de Lisca depois de oito jogos no comando.

Bia Haddad supera Naito e enfrentará Naomi Osaka nas oitavas do WTA de Tóquio

Em busca de voltar ao top 15 do ranking mundial, Beatriz Haddad Maia avançou às oitavas de final do WTA 500 de Tóquio ao vencer a anfitriã Yuki Naito por 2 sets a 0, com parciais de 6/4 e 6/2, no início da manhã desta terça-feira (horário de Brasília). A próxima adversária da brasileira será outra japonesa, a ex-número 1 do mundo Naomi Osaka, atual 48ª colocada.

Após chegar às quartas de final do WTA 250 de Portoroz, na Eslovênia, e ser eliminada pela romena Ana Bogdan, Bia iniciou a semana subindo duas posições no ranking e alcançando o 16º lugar, um posto atrás de sua melhor colocação da carreira, o 15º lugar atingido em agosto. Caso termine o torneio no Japão como campeã, pode subir para a 13ª posição.

A paulista é a cabeça de chave número 5 do campeonato, que conta com a participação

de Paula Badosa, Veronika Kudermetova, Garbiñe Muguruza e Caroline Garcia como cabeças de 1 a 4, respectivamente. Todas já avançaram às oitavas de final. Bia também participará da disputa por duplas, ao lado da chinesa Zhang Shuai, com quem desafiará a grega Despina Papamichail e a mexicana Fernanda Contreras Gomez na madrugada de quarta-feira. No duelo desta terça com Yuki Naito, Beatriz Haddad Maia teve paciência para encaixar seu jogo no primeiro set e, após buscar o empate três vezes, conseguiu ficar em vantagem ao quebrar o serviço da adversária no sétimo game. Com tranquilidade, fechou a parcial em 6/4. O set seguinte foi ainda mais tranquilo, com grande domínio da canhota brasileira, que teve uma quebra logo no primeiro game, abriu 2 a 0 e não saiu mais da frente do placar até garantir triunfo por 6/2.

Federer faz 1º treino para a Laver Cup após ter participação colocada em dúvida

Perto de se aposentar oficialmente, Roger Federer fez ontem seu primeiro treinamento na O2 Arena, em Londres, onde será disputada mais uma edição da Laver Cup, e indicou que deve ter condições físicas de participar do torneio para se despedir da carreira profissional no tênis. Na segunda-feira, seu preparador físico, Pierre Paganini, disse que não podia garantir a participação da lenda.

“Ele decidirá provavelmente no último momento. Ele tem treinado de maneira a reunir a maior quantidade de informações possíveis para saber se é uma boa ideia ou não. Mal posso esperar para saber o que irá decidir”, comentou Paganini em entrevista ao jornal suíço Blick.

Federer desembarcou em Londres na segunda-feira, otimista de que conseguirá participar da Laver Cup. Durante o treinamento, bateu bola com o

grego Stefano Tsitsipas, atual número 6 do ranking da ATP. Os dois ainda contaram com orientações do ex-tenista sueco Björn Borg, capitão do Time Europa.

O torneio, que tem o astro suíço como um dos criadores, reúne uma equipe com seis tenistas europeus e outra com seis participantes de outros continentes. Os competidores são divididos em 12 partidas - nove em simples e três em duplas -, e a equipe que terminar com a maior pontuação vence. A disputa começa na sexta-feira.

Dono de 20 títulos de Grand Slams e considerado um dos maiores da história do tênis, Roger Federer anunciou a decisão de se aposentar na semana passada. Ao fazer o comunicado, o atleta de 41 anos afirmou que atingiu os limites do seu corpo, após uma série de cirurgias nos últimos anos, e decidiu se despedir na Laver Cup.

Corinthians e Flamengo decidirão título da Copa do Brasil no Maracanã

O Corinthians vai decidir fora de casa o título da Copa do Brasil com o Flamengo. A definição da ordem dos mandos de campo das duas partidas aconteceu no fim da manhã de ontem, em sorteio realizado na sede da CBF, no Rio. O primeiro jogo, na Neo Química Arena, será disputado no feriado do dia 12, e a finalíssima uma semana depois, no Maracanã, no dia 19. Os horários das partidas ainda não foram definidos.

O sorteio desta terça-feira contou com as presenças dos técnicos Vítor Pereira e Dorival Júnior, e dos capitães de Corinthians e Flamengo, Cássio e Diego Ribas. Antes da definição dos mandos, apenas o capitão rubro-negro externou a preferência por fazer a finalíssima em casa. “Mas, independente de qualquer coisa, o que está no nosso controle é o trabalho e a dedicação”, disse ele.

Para Cássio, o duelo entre Corinthians e Flamengo será de muita celebração, tanto em São

Paulo quanto no Rio. “A gente espera que seja uma grande final. Duas grandes equipes, com duas grandes torcidas. Tenho certeza que as duas finais vão ter estádio lotado e será uma grande festa”, afirmou o goleiro corintiano.

Entre os treinadores, tanto Vítor Pereira quanto Dorival Júnior declararam não ter uma preferência por decidir fora ou em casa. “Vai depender muito do primeiro resultado, que vai decidir não o ritmo, mas o movimento da partida”, disse Dorival. “Não se chega a uma final de Copa com base na sorte, mas sim de trabalho”, pontuou Vítor.

Esta será a segunda vez na história que um título nacional será disputado entre os clubes com as duas maiores torcidas do País. A primeira vez foi há 31 anos, quando o Corinthians venceu a Supercopa do Brasil de 1991. Na ocasião, o time paulista ganhou a decisão por 1 a 0, em jogo único disputado no Morumbi.

Palmeiras pode antecipar etapas e colocar Endrick em campo ainda nesta temporada

O dia 18 de setembro de 2022 ficará na memória de Endrick. Embora não tenha ainda estreado pelos profissionais do Palmeiras, foi nesta data do clássico com o Santos pelo Brasileirão que o jovem atacante ocupou um dos lugares no banco de reservas pela primeira vez. Ser relacionado pelo técnico Abel Ferreira é uma das etapas que já cumpriu o garoto de 16 anos antes de, enfim, entrar em campo pelo time principal. Há uma expectativa grande para que isso aconteça.

Endrick participou de todos os treinos na semana que antecipou o duelo com o Santos e viu do banco o time derrotar o rival no Allianz Parque, onde estavam seus familiares aguardando os seus primeiros minutos em campo, o que não aconteceu. Ele comemorou o gol de Merentiel com os novos colegas mais velhos, fez registros nas redes sociais e viveu um dia de pura alegria.

Mas quando o fenômeno cria da base palmeirense jogará entre

os profissionais? A resposta depende, exclusivamente, de Abel Ferreira e de sua comissão técnica. O Estadão apurou que não há pressa em levar o garoto a campo. Mas o fato de ele ser um atleta especial, de talento raro, pode antecipar sua estreia. Abel tem cautela para não “queimar” o garoto e atrapalhar o seu desenvolvimento. O Palmeiras faz com cautela a transição do atacante da base para o time principal e sua utilização segue um protocolo minucioso desenhado pelo treinador português, acostumado a trabalhar com jovens e cuja linha de ação é pautada na meritocracia. Ao lançar mão de um atleta promovido da base, o português leva em consideração, além da performance nos treinos, comportamento fora de campo, minutagem nas atividades e o número de jogos para os quais foi relacionado. Ele entende que Endrick terá de esperar sua vez, que pode não vir tão logo porque há outros centroavantes em sua frente.



do Daniel Alves. O momento ali era das pessoas pensarem no

São Paulo e entrarem depois. Esse foi o fator determinante, a

desarmonia que existiu ali refletiu no campo.”

(Foto: Palmeiras)

(foto: Fluminense)



GERAL

Projeção chama Bolsonaro de ‘vergonha brasileira’ na sede da ONU

Horas antes de o presidente da República e candidato à reeleição, Jair Bolsonaro (PL), discursar na Assembleia-Geral das Nações Unidas na manhã de ontem, 20, críticas contra ele foram projetadas na lateral da sede da ONU, em Nova York, nos Estados Unidos. A intervenção, que foi organizada pelo U.S. Network for Democracy in Brazil, chamou o presidente de “Brazilian shame” (“vergonha brasileira”, em tradução livre), além de “mentiroso” e “desgraça”. Segundo a organização, a

projeção foi feita em contraponto ao discurso do candidato à reeleição. “Se Bolsonaro vai usar o prédio da ONU como palanque, nós vamos usá-lo para denunciar esse homem que é uma verdadeira vergonha nacional.”

O termo “Bolsonaro Vergonha Mundial” entrou para os trending topics do Twitter nesta terça-feira, um dia após a hashtag “Bolsonaro World Shame” (Bolsonaro vergonha mundial, em tradução livre) também entrar para os trending topics.

Para analistas, exclusão de cidades do Orçamento fere Constituição

A prática do Congresso de excluir cidades sem padrinhos políticos da partilha de verbas federais é ilegal. Ao longo dos últimos quatro anos, os parlamentares têm ferido a Constituição e as leis orçamentárias ao aceitar que políticos ignorem cidades onde não tiveram votos na destinação dos recursos. É o que dizem especialistas em contas públicas ouvidos pelo jornal O Estado de S. Paulo. Eles ressaltam que a divisão do dinheiro da União precisa priorizar lugares menos desenvolvidos e deixar de lado critérios meramente eleitorais.

A série de reportagens “Desertos políticos”, publicada no fim de semana pelo jornal, mostrou que as prefeituras de cidades que concentraram seus

votos em candidatos derrotados à Câmara dos Deputados, nas eleições de 2018, receberam, de lá para cá, menos recursos de emendas parlamentares de todos os tipos. Assim, 13 milhões de pessoas que vivem nas 522 cidades do País foram penalizadas com menos verbas e políticas públicas. O texto da Constituição determina que os repasses da União precisam ser feitos de forma a diminuir desigualdades regionais, e não aumentá-las. Também estabelece como um dos objetivos da República a diminuição dessas desigualdades. Já a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) determina que a ajuda a Estados e municípios priorize aqueles menos desenvolvidos - o que não vem acontecendo.

Butantan entrega 1 milhão de doses da CoronaVac para vacinar crianças

O Instituto Butantan entregou, segunda-feira (19), ao Ministério da Saúde 1 milhão de novas doses da vacina CoronaVac/Butantan/Sinovac. A informação foi divulgada pelo próprio instituto e confirmada pelo Ministério da Saúde. De acordo com o ministério, as doses vão passar agora por trâmites logísticos e por controle de qualidade para, então, serem distribuídas a todos os estados e ao Distrito Federal.

O Butantan informou que as vacinas foram produzidas em São Paulo com o insumo farmacêutico ativo (IFA) importado da empresa chinesa Sinovac. As

novas doses serão usadas para vacinação de crianças de 3 a 5 anos de idade contra a covid-19. A vacinação dessa faixa etária com o imunizante CoronaVac recebeu aprovação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) em julho deste ano.

“A entrega desse novo lote pelo Butantan permitirá ampliar o número de crianças brasileiras entre 3 e 5 anos que serão protegidas contra formas graves da covid-19, evitando internações e óbitos”, disse, em nota, o secretário de Ciência, Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde de São Paulo, infectologista David Uip, por meio de nota.

Alzheimer: por que o Brasil deve se preocupar mais com a doença do que a Europa?

As projeções para o avanço da doença de Alzheimer colocam o Brasil em um situação desafiadora: o número de casos de demência pode aumentar muito nas próximas três décadas. E não só aqui. A alta da doença deve ser maior em países de média e baixa renda, como os demais da América Latina, na comparação com as nações mais ricas. Essa tendência acende o alerta para a necessidade de que o Brasil prepare seu sistema de saúde para atender ao grande contingente de pessoas que precisará de ajuda médica - e seus familiares, que assumem o cuidado. Também ressalta a importância de estratégias de prevenção para reduzir o volume de pessoas com demência.

O Alzheimer é uma doença neurodegenerativa e progressiva. Pessoas diagnosticadas com Alzheimer ou outras demências passam a ter dificuldades para realizar tarefas cotidianas e deixam de trabalhar. Com custo global de US\$ 1,3 trilhão, as demências são hoje uma das principais causas de incapacidade e dependência em todo o mundo.

No Brasil, ainda não há clareza sobre o total de pessoas com a doença, mas estima-se que cerca de 2 milhões vivam com demências - o Alzheimer corresponde à maior parcela. Para 2050, a projeção é de que

esse número chegue a cerca de 6 milhões de pessoas - um aumento de 200%.

O envelhecimento acelerado da população brasileira amplia os desafios. Em países europeus, como na França, foram cem anos para que a taxa de idosos dobrasse. “No Brasil, está levando só algumas décadas”, explica Cleusa Ferri, professora da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). “Por isso, a importância de ter ações muito rápidas para cuidar das pessoas nessa faixa da vida.”

Em todo o mundo, a previsão é de que os casos de demência passem de 57,4 milhões para 152,8 milhões - uma alta

de 166% - em 2050. A tendência de crescimento é menor do que a média global em países como Alemanha, Itália e Japão. E maior em outros, como Brasil, Bolívia, Equador, Peru e países africanos. Os dados fazem parte de uma pesquisa global publicada neste ano na revista Lancet Public Health. O aumento e o envelhecimento populacionais são as principais razões para a projeção de crescimento maior do Alzheimer em países da África e da América Latina. Problemas de baixa escolaridade e hábitos de vida pouco saudáveis também concorrem para que a incidência de pessoas com demência não caia nessas regiões.

Todas capitais terão 5G até 28 de outubro, diz conselheiro da Anatel

Todas as capitais brasileiras terão a tecnologia 5G até 28 de outubro, disse segunda-feira (19) durante o programa A Voz do Brasil o conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) Moisés Queiroz Moreira. Até agora 22 capitais receberam a tecnologia, faltando ser instalada em Macapá, Belém, Manaus, Rio Branco, Porto Velho.

Hoje, a Anatel autorizou a faixa 3,5 gigahertz (GHz) do 5G em Aracaju, Boa Vista, Campo Grande, Cuiabá, Maceió, São Luís e Teresina. “Está indo bem, dentro do previsto”, disse Moreira. “A partir de janeiro o 5G será implantado em cidades com população acima de 500 mil habitantes. Depois, 30 de junho de 2023, cidades acima de 200 mil habitantes e assim sucessivamente.”

O conselheiro explicou que o impacto do 5G puro está muito focado, para a população, nos celulares, em se conseguir baixar e subir dados em grande velocidade. Apesar da expectativa, grande parte dos aparelhos usados pelos brasileiros não está apto para receber o sinal do 5G puro. “Aqueles que já estão recebendo o sinal sentem essa diferença que é brutal.

Moreira acredita que o mais importante são as aplicações que surgirão com essa nova tecnologia e que serão utilizadas no



O conselheiro da Anatel Moisés Queiroz Moreira.

cotidiano por meio de cidades inteligentes, maior segurança, carros conectados, telemedicina e também na indústria, no agronegócio. Ele diz que isso vai proporcionar um desenvolvimento do Brasil e colocar o “país na vanguarda da tecnologia de celular móvel.”

“Na telemedicina se fala muito na cirurgia a distância, com maior precisão, ou seja, não haverá latência e isso vai facilitar muito a vida, mas isso ainda é um futuro que está por vir. Em relação ao agronegócio e indústria, existem dois tipos de 5G, as redes públicas, que são a Tim, a Vivo, a Telefônica, a Claro, que estão utilizando estas frequências públicas que nós usamos em

nosso celular e a rede privada, que chamamos de SLP [Serviço Limitado Privado], onde as fazendas, as indústrias podem utilizar essas frequências específicas para o SLP de forma privada e isso vai facilitar muito o desenvolvimento da nossa indústria, onde nós queremos obter a indústria e a agricultura 4.0”, explicou.

Mulher que policial pisou no pescoço recorre por condenação de agressor

Os advogados da comerciante Elisabete Teixeira da Silva, agredida após tentar impedir uma abordagem truculenta em frente a seu estabelecimento, reforçaram, segunda-feira, 19, o pedido do Ministério Público de São Paulo para que seja derubada a sentença que absolveu o soldado João Paulo Servato das acusações referente ao caso ocorrido em julho de 2020. Denúncia da Promotoria de Justiça Militar de São Paulo indicou que Servato deu três socos no tórax de Elisabete, chutou sua perna e pisou em seu pescoço.

A defesa de Elisabete reforça que as imagens colecionadas no bojo do processo - as quais

viralizaram nas redes sociais - demonstram ‘claramente a forma abusiva e brutal’ com que a comerciante foi tratada. “Nada, absolutamente nada justifica o policial Servato quebrar a perna de Elisabete. E muito menos de pisar em seu pescoço em momento em que ela já estava imobilizada, e não apresentava mais qualquer resistência”, diz o documento.

As indicações constam de manifestação apresentada à 4ª Auditoria do Tribunal de Justiça Militar em São Paulo, após o Ministério Público do Estado recorrer da sentença que absolveu, por maioria de votos, Servato e o cabo Ricardo de

Moraes Lopes de acusações envolvendo o caso de Elisabete. A Promotoria reforça as imputações feitas a Servato, pelos crimes de lesão corporal grave, abuso de autoridade, falsidade ideológica e inobservância de regulamento.

As duas últimas acusações também foram feitas ao cabo Ricardo. Ao recorrer da sentença, publicada no dia 30, a Promotoria paulista frisou que as alegações dos PMs, de terem sido agredidos pela população com socos, chutes e golpes com barras de ferro, não condiz com a realidade. A narrativa foi citada pelos militares que votaram pela absolvição dos policiais.

Justiça manda prender ‘rei do ouro’ por suspeita de garimpo ilegal na Amazônia

A Polícia Militar prendeu domingo, 18, o empresário de mineração Dirceu Santos Frederico Sobrinho, conhecido como “rei do ouro”, durante uma blitz, em Moema, na zona sul da cidade de São Paulo. Contra Sobrinho havia uma ordem de prisão temporária expedida pela Justiça Federal de Porto Velho, em Rondônia, em um processo sigiloso que apura a extração ilegal de ouro em terras indígenas na Amazônia.

Frederico Sobrinho, que é também presidente da Associação Nacional do Ouro (Anoro), entidade de defesa dos garimpeiros, foi levado para a superintendência da Polícia Federal

em São Paulo, onde ficou detido. Em maio, a Polícia Federal apreendeu, na Rodovia Castelo Branco, em Itu, um carregamento de 77 kg de ouro, avaliado em R\$ 23 milhões, que era transportado para uma das empresas de Sobrinho, a FD Gold, distribuidora de valores com sede na Avenida Paulista, na capital. Na época, o empresário gravou um vídeo afirmando que o metal tinha sido extraído legalmente de lavra garimpeira concedida, não pertencendo a terras indígenas, nem a garimpos ilegais.

O episódio chamou a atenção porque as barras de ouro eram escoltadas por quatro policiais militares, entre eles um

tenente-coronel da Casa Militar, órgão do gabinete do governador, responsável pela segurança do Palácio dos Bandeirantes. Quando a apreensão aconteceu, o oficial da PM estava licenciado do cargo. Naquela oportunidade, os policiais alegaram que apoiavam o transporte de valor para uma empresa devidamente legalizada. As barras de ouro foram transportadas em um avião turbóelico do empresário que estava bloqueado pela Justiça e não poderia voar, por isso era monitorado pela PF. A aeronave pousou no aeroporto de Sorocaba, onde o metal foi transferido para um carro e era levado para a capital.

Aplicativo

DIÁRIO DE NOTÍCIAS BRASIL


Informação em tempo real.

Disponível na App Store

DISPONÍVEL NO Google play

PUBLICIDADE LEGAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS PROCESSO Nº 0116296-52.2007.8.26.0005 O(a) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional V - São Miguel Paulista, Comarca da Capital, Estado de São Paulo, Dr(a). FABIANA MARINI, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Sebastião Carlos R. dos Santos, CPF: 857.663.218-72, RG: 8507754 que, nos autos da ação supra, que lhe move Banco Bnd S/A, que foi determinada a sua INTIMAÇÃO DA PENHORA que recau sobre seu bem imóvel situado à Av. Antonio Louzada Antunes, lote 11, quadra 14, matrícula nº 79.929 do 12º Cartório de Registro de Imóveis da Capital/SP, conforme auto de penhora ou certidão da ARISP. Encontrando-se o executado em lugar incerto e não sabido, foi determinada sua INTIMAÇÃO, por edital, DA PENHORA realizada para, se o caso, oferecer impugnação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, iniciando-se a contagem após o decurso do prazo de 20 dias deste edital. E, para que chegue ao conhecimento de todos e para que no futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado na forma da lei.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LIMPO PAULISTA

CONCORRENCIA PUBLICA Nº 003/22 – Objeto CONCESSÃO DE USO DE ÁREA PÚBLICA (CONSTRUÇÃO E TERRENO) PARA EXPLORAÇÃO DE ATIVIDADES COMERCIAIS, LOCALIZADO NO NOVO RESTAURANTE PARQUE DO LAGO, NESTE MUNICÍPIO, mediante as condições e as especificações estabelecidas no presente edital e em seus anexos. **MODALIDADE:** Concorrência Pública. Data de entrega dos envelopes: Até as 10:00 horas do dia 24/10/2022 e **data de abertura dos envelopes habilitação:** dia 24/10/2022 às 10:00horas. A retirada do Edital poderá ser feita pelo site www.campolimpopaulista.sp.gov.br – no link licitações, solicitado por e-mail no endereço pregao@campolimpopaulista.sp.gov.br ou ainda na Diretoria de Compras e Licitações, a partir do dia **22.09.2022**, situada na Av. Adherbal da Costa Moreira, 255, Centro – Campo Limpo Paulista, das 11:00 às 16:00 horas, de segunda a sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos.

CIRILO DE ALEXANDRIA ALMEIDA
Secretário Municipal de Obras



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ

PREGÃO ELETRÔNICO

A Prefeitura Municipal de Taubaté informa que se acha aberto o pregão eletrônico abaixo, junto ao respectivo Departamento de Compras. Maiores informações pelo telefone (0xx12)3621.6022, ou à Avenida Tiradentes nº520 - Centro, Taubaté/SP CEP 12030-180, mesma localidade, das 08h às 12hs e das 14hs às 18hs sendo R\$ 42,45 (quarenta e dois reais e quarenta e cinco centavos) o custo de cada edital, para retirada na Prefeitura. O edital também estará disponível sem custos, pelo site desta Municipalidade, www.taubate.sp.gov.br, e pela plataforma eletrônica do ComprasBR www.comprasbr.com.br. **Pregão eletrônico Nº342/22**, que cuida do registro de preços para eventual fornecimento de material didático com o conteúdo de Libras, que favoreçam a aprendizagem de alunos surdos e ouvintes para o Sistema de Ensino Municipal de Taubaté, com entrega ponto a ponto, por um período de 12 (doze) meses, improrrogáveis, com encerramento dia **10.10.22 às 13h30**.
PMT, aos 20.09.2022.
JOSÉ ANTONIO SAUD JÚNIOR - Prefeito Municipal.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IPEÚNA

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial Nº025/2022 – Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Coletas e Análises de Águas de Poços, ETA's, Captações Superficiais e Água de Rede de Distribuição, de acordo com a Portaria GM/MS Nº888, de 04 de maio de 2021 Anexo XX Portaria de Consolidação GM/MS nº5 de 03 de outubro de 2017 e CONAMA nº357 de 17 de março de 2005 (artigos 14 e 15) para classificação de águas superficiais de classe no Município de Ipeúna. Recebimento dos envelopes: até às 09h30min do dia 04/10/2022. O edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no Setor de Licitações da Prefeitura, situado na Rua 01, 275 – Centro, Ipeúna/SP, no horário das 8h00 às 11h30 e das 13h00 às 17h30, em dias úteis ou na página: <http://transparencia.ipeuna.sp.gov.br/Compras-033> (Transparência Pública - Licitações). Informações pelo telefone (19)3576-9007 ou licitacao@ipeuna.sp.gov.br. Ipeúna, 20/09/2022. Diego Heron Pinheiro – Prefeito Municipal.

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0001550-38.2021.8.26.0020 A MM. Juiza de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional XII - Nossa Senhora do Ó, Estado de São Paulo, Dr. Cláudia Barrichello, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Marlene Selvepa Zago, CPF: 638.513.938-72 e Elizane do Nascimento Moreira, CPF: 173.800.948-31, que a ação proposta por parte de BMD S/A 7 Crédito Financiamento e Investimentos 7 Em Liquidação Extrajudicial, encontra-se em fase de cumprimento de sentença. Estando as executadas em lugar incerto e não sabido, foi determinada a INTIMAÇÃO, por EDITAL, para que efetuem o pagamento da quantia de R\$ 146.944,41(atualizado em março/2021), devidamente atualizada, no prazo de 15 dias, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito, honorários advocatícios de 10% e, à requerimento do credor, expedição de mandado de penhora e avaliação (art. 523 e parágrafos, do CPC). Nos termos do art. 525 do CPC, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 dias úteis para que as executadas, independentemente de penhora ou nova intimação, apresentem, nos próprios autos, suas impugnações. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado prosseguimento ao feito (art. 257, IV do CPC). Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO
Departamento de Licitações

PROCESSO ADMINISTRATIVO 10017/2022
PROCESSO Nº 0183/2022
CONCORRENCIA PÚBLICA Nº 003/2022
CONCESSÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS
TERMO DE RERATIFICAÇÃO

Objeto: Operacionalização pelo prazo de 10 anos, sob o regime jurídico de concessão, dos serviços de transporte coletivo de passageiros no âmbito do Município da Estância Turística de Pereira Barreto, especificamente na rota urbana, com utilização de 01 (um) veículo, do tipo urbano, com capacidade mínima de 20 (vinte) passageiros sentados e ano de fabricação não superior a 10 (dez) anos. Termo de Reratificação. 1 – O prazo previsto para a entrega da documentação e a proposta, previsto no item 1.2 do instrumento convocatório, é até as 14 horas e 30 minutos do dia 26 de outubro de 2.022. 2 – As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.. Para maiores informações e o edital completo e seus anexos poderão ser obtidas pelo telefone (18) 3704-8505 e 8569, pelo e-mail licitacao@pereirabarreto.sp.gov.br, ou ainda no site www.pereirabarreto.sp.gov.br

Pereira Barreto, 20 de setembro de 2022.
JOÃO DE ALTAYR DOMINGUES
PREFEITO MUNICIPAL

Riviera Comércio Varejista Ltda.
CNPJ/ME nº 27.885.312/0001-86 - NIRE 3523501750-6

Ata da Reunião de Sócios Quotistas realizada em 19 de Setembro de 2022

Data, Hora e Local: 19 de setembro de 2022, às 9:00 horas, na sede da sociedade na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 2.041 - Loja 101-A, Vila Nova Conceição, CEP 04543-011. **Quorum:** Quotistas representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Sra. Dilene Rodrigues Teixeira; Secretária: Sr. Guido Barbosa de Oliveira. **Ordem do Dia e Deliberações: (I) Aprovar a redução do capital social da Sociedade, nos termos do Inciso II, do Artigo 1.082, da Lei 10.406/2002 ("Código Civil Brasileiro").** Foi aprovada, por unanimidade de votos, a redução do capital social da Sociedade, de R\$ 11.229.000,00 (onze milhões, duzentos e vinte e nove mil reais) para R\$ 9.229.000,00 (nove milhões, duzentos e vinte e nove mil reais), uma redução, portanto, de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), realizada mediante o cancelamento de 2.000.000 (dois milhões) de quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma. O valor correspondente às quotas canceladas será restituído à sócia **I-Retail Serviços de Consultoria de Moda e Participações Ltda.**, detentora de 99,999% das quotas da sociedade. A Sócia quotista **Shopping Center Reunidos do Brasil Ltda.**, detentora de 0,001% das quotas da sociedade, renuncia expressamente ao recebimento de qualquer valor referente ao cancelamento das quotas ora aprovado. Para os fins previstos no artigo 1.084, § 1º do Código Civil Brasileiro, a presente ata será publicada na forma da lei e, transcorridos 90 (noventa) dias da data de sua publicação, será levada a registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo, ocasião em que os sócios deverão também providenciar a correspondente alteração do contrato social da Sociedade, para alterar a cláusula referente ao seu capital social. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar e como ninguém mais quisesse fazer uso da palavra, a Sra. Presidente da Mesa suspendeu os trabalhos para a lavratura desta Ata que, lida e achada conforme em tudo, foi por todos assinada. **Mesa:** Dilene Rodrigues Teixeira - Presidente; Guido Barbosa de Oliveira - Secretário. **Sócios Quotistas: I-Retail Serviços de Consultoria de Moda e Participações Ltda.** Guido Barbosa de Oliveira - Diretor; Dilene Rodrigues Teixeira - Diretora. **Shopping Centers Reunidos do Brasil Ltda.** Guido Barbosa de Oliveira - Diretor e Dilene Rodrigues Teixeira - Diretora.

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0324614-07.2006.8.26.0577 O(a) MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara Cível, do Foro de São José dos Campos, Estado de São Paulo, Dr(a). EDUARDO DE FRANCA HELENE, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a DORIVAL PAULO, Brasileiro, Casado, Gerente Administrativo, RG 9.142.483 - CPF 794.234.938-15, com endereço à Rua Piraju, 256, Bosque dos Euclídeos, CEP 12233-780, São José dos Campos - SP, que lhe foi proposta uma ação de cumprimento de sentença por parte de BANCO BMD S/A EM LIQUIDACAO EXTRA-JUDICIAL, que foi efetuado o Bloqueio do valor de R\$ 5.549,09, através do Sistema bancenjud (fls. 215). Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua intimação por EDITAL, quanto ao bloqueio realizado e para, querendo, o executado apresentar Impugnação no prazo de 5 dias, podendo comprovar que: I - as quantias tomadas indisponíveis são impenhoráveis; II - ainda remanesce indisponibilidade excessiva de ativos financeiros. O referido prazo fluirá após o decurso do prazo do presente edital. Não havendo resposta, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA

LICITAÇÃO DIFERENCIADA
EDITAL Nº 215/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 35.912/2022
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 167/2022
OBJETO: EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CAVALETES PARA ATENDIMENTO AO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO.
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: dia 13/10/2022 às 09:30 horas

LICITAÇÃO NÃO DIFERENCIADA
EDITAL Nº 216/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 29.489/2022
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 168/2022
OBJETO: EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES PADRONIZADOS PARA O SAMU E PRONTOS ATENDIMENTOS.
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: dia 14/10/2022 às 09:30 horas

O Edital e seus anexos poderão ser adquiridos sem custo no site da Prefeitura Municipal de Limeira: www.limeira.sp.gov.br ou mediante a gravação em mídia, desta forma o interessado deve comparecer com mídia gravável no Departamento de Gestão de Suprimentos da Prefeitura Municipal de Limeira, no horário das 9h00 às 16h00, de segunda a sexta-feira, na Rua Dr. Alberto Ferreira, nº 179 – Centro ou ainda mediante o recolhimento da taxa de R\$ 0,33 (trinta e três centavos) por folha de acordo com o Decreto Municipal nº 474 de 28 de dezembro de 2021.

Limeira, 20 de setembro de 2022
Departamento de Gestão de Suprimentos



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ

TOMADA DE PREÇO Nº. 13-III/22

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ, com base na Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações torna público a contratação de empresa especializada para construção de pista poliesportiva para esportes radicais “PUMP TRACK” em asfalto no Parque do SEDES situado na Av. Amador Bueno da Veiga nº 220 no Jardim Jaraguá em Taubaté-SP, com vencimento às 14:30h do dia 07.10.22. O Edital completo encontra-se disponível no Departamento de Compras, no horário das 08h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h, podendo ser adquirido mediante recibo original de depósito do Banco Santander, Agência 0056 Conta Corrente nº. 45000273-2, no valor de R\$ 75,30 (Setenta e Cinco Reais e Trinta Centavos) cada edital ou gratuitamente no site desta Prefeitura www.taubate.sp.gov.br.
P.M.T., aos 20/09/22.
Lucas Alcântara Dominoni
Secretário de Esporte, Lazer e Qualidade de Vida

CBF entra no metaverso com jogo e visita virtual ao museu para atrair jovens

A Confederação Brasileira de Futebol (CBF) busca se aproximar do público jovem e sua primeira ação para alcançar tal faixa etária, abaixo dos 20 anos, foi entrar no metaverso. A entidade promoveu a Arena Seleção, um espaço que reúne atividades interativas, com inauguração na Blockman Go, da Garena, plataforma para jogos online e também envolvida com o Free Fire, febre entre a garotada dos games.

Durante o evento, usuários faturaram moedas do jogo, que foram trocadas por itens importantes na brincadeira para quem entrasse no local com o uniforme virtual da seleção brasileira e postasse fotos de seu avatar com as hashtags #JogaBolaBlockmanGo e #CelebreAPaixãoSeleção.

“Os jovens estão no digital e, para garantir que estes consumidores tenham interesse no seu produto, na sua marca, é preciso estar neste mundo. Sejam com os NFTs, seja com uma presença no Metaverso. É neste ambiente que o consumidor convive com seus pares, interage com as marcas e consome. A CBF está no caminho certo, marcando presença neste universo”, comenta Sylmara Multini, CEO da IDG, empresa especializada em NFTs.

O visitante da Arena Seleção também pode navegar por mapas interativos, tirar foto com o Canarinho, mascote do time brasileiro que estará no Catar com o time de Tite, conhecer o museu virtual da CBF com todas as conquistas dos títulos até o pentacampeonato mundial, ir para o vestiário e até disputar uma partida de futebol com outros amigos.

“Sem dúvidas esse caminho da gamificação dos esportes tradicionais é sem volta. Para conseguirmos cativar o público jovem e envolvê-lo na transmissão, certamente será necessário fazer um formato mais próximo do que eles estão acostumados nos games”, destaca Guilherme Figueiredo, CEO da NSports.

“A pandemia só acelerou esta tendência de inserir os indivíduos no ambiente digital. O metaverso é um assunto muito promissor e deve consolidar esse conceito de fusão dos mundos real e virtual, já presente no ambiente dos games, mas que ganhou uma força ainda maior agora com o contexto do Facebook.”

Faxineira agredida em calçada faz representação criminal contra acusado em BH

A faxineira Lenirge Alves de Lima, de 50 anos, abriu na segunda-feira, 19, uma representação criminal na Polícia Civil de Minas Gerais contra o homem que aparece em imagens de câmera de segurança a agredindo enquanto ela lavava a calçada de um prédio no bairro de Lourdes, em Belo Horizonte. “Fiquei muito triste, meus parentes, meu amigos estão chorando junto comigo, eu estava no local de serviço e um indivíduo daquele passa e faz uma coisa daquela comigo”, disse a faxineira, que já havia registrado boletim de ocorrência, em entrevista a emissoras de TV locais.

Lenirge usava uma mangueira para lavar a calçada na manhã da última sexta-feira, 16, quando um homem tenta passar com um cachorro, mostram as imagens de câmera de segurança. Há uma discussão sobre desperdício de água, segundo o relato, e ele arran-

ca, com força, a mangueira da mão da faxineira e começa a molhar a mulher, que, ao tentar recuperá-la, cai no chão.

A delegada Marina Cardoso Nascimento afirmou à imprensa que o homem já foi identificado e será chamado para depor. Ele não teve o nome revelado. “O suspeito, que já está identificado vai ser intimado para assinar compromisso também de comparecer na audiência perante o juizado criminal”, disse a delegada. “Ele vai responder pelo crime de lesão corporal, a princípio, por esse crime, que tem pena de até dois anos de prisão. Agora, se foi identificado que ele cometeu algum outro delito mais grave, aí tem que ser avaliado pelo juizado especial criminal, pela Justiça.”

“Minha esperança é que a justiça seja feita, que a Justiça fique do meu lado, é aqui que eu vou conseguir punir esse covarde”, afirmou a faxineira.

Ranking revela municípios com melhor gestão contábil do país

Cinco das 25 cidades brasileiras melhor posicionadas no levantamento que analisa a gestão contábil e fiscal dos municípios são de Minas Gerais, que é o estado que mais cresceu no que diz respeito à representação dos municípios com a melhor qualidade contábil e fiscal do Brasil. É o que aponta o levantamento divulgado pela Secretaria do Tesouro Nacional realizado por meio do Siconfi, o Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Bra-

sileiro. Além de Minas Gerais, as cidades de outros 4 estados – Bahia, Ceará, Espírito Santo e Rio Grande do Sul – compõem o Top 25 Nacional do Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal de 2022. No ano anterior, 21 das 25 cidades eram do Rio Grande do Sul. Na listagem atual, Belo Horizonte (MG) se destaca com a melhor colocação entre as capitais do Brasil Outros 4 municípios mineiros integram o ranking dos melhores colocados, com Gou-

veia em 5º lugar. A representação do estado nesse grupo passou de 4º para 20º neste ano.

O levantamento da STN que analisa a qualidade da gestão contábil e fiscal das cidades leva em conta a consistência das informações enviadas pelo setor público ao Tesouro, através de uma metodologia de verificação e pontuação dos acertos. Essa pontuação é convertida em colocações nos rankings em níveis nacional e estaduais. Ao todo, foram avaliados 5.570 municí-

pios dos 26 estados brasileiros, mais o Distrito Federal.

De acordo com o prefeito de Gouveia, Antônio Vicente de Souza, “o resultado do ranking contribui para o reconhecimento da qualidade da gestão pública dos municípios das regiões do Vale do Jequitinhonha e do Norte de Minas, que predominam entre os melhores colocados no ranking, e ressalta o quanto o comportamento do ente, frente às obrigações legais, são decisivas para este alcance”, comenta.

Disputa presidencial mobiliza batalhão de advogados a custo milionário

A disputa presidencial não se dá apenas na arena política, mas também nos tribunais. Oito bancas de Direito, que reúnem ao menos 44 advogados, foram contratadas pelos quatro principais candidatos ao Palácio do Planalto. Até agora, Jair Bolsonaro (PL), Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Ciro Gomes (PDT) e Simone Tebet (MDB) apresentaram mais de 138 ações ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A briga dos candidatos pode resultar em multas e interferir na campanha dos adversários, retirando propagandas eleitorais do ar. Na batalha jurídica, somente o

ex-presidente Lula, líder das pesquisas de intenção de voto, já gastou R\$ 2,9 milhões do fundo eleitoral com advogados.

A equipe do petista tem como alvo o presidente Bolsonaro, candidato ao segundo mandato, e apresentou 33 processos contra ele até o último dia 16, dado mais recente. A maioria das ações é contra informações falsas, discursos de ódio e uso da máquina pública. Outros alvos recorrentes de Lula são os filhos do atual ocupante do Palácio do Planalto, o deputado federal Eduardo (PL-SP), o senador Flávio (PL-RJ) e o vereador

Carlos (Republicanos-RJ), que respondem a 13 ações apresentadas pelo PT.

No último domingo, 18, a campanha de Lula apresentou mais uma ação. A comitê do ex-presidente recorre ao TSE acusando Bolsonaro de uso eleitoral da viagem oficial ao Reino Unido.

O presidente foi acompanhar o funeral da rainha Elizabeth e aproveitou para fazer discurso a apoiadores da sacada da residência oficial do embaixador brasileiro em Londres. Bolsonaro chegou a visitar um posto de gasolina onde gravou um vídeo para sustentar que o combustível

do Brasil é mais barato. A defesa de Bolsonaro, por sua vez, tem Lula como maior foco de sua ofensiva e, até agora, já apresentou 20 ações contra o petista e o PT. Coordenador jurídico da campanha do presidente, o advogado Tarcísio Vieira, ex-ministro do TSE, admite que o principal oponente a ser vencido na Justiça é mesmo o ex-presidente.

Nesse caso, as ações questionam informações falsas, discurso de ódio e imputação de crime ao presidente, como na vez em que ele chamou Bolsonaro de “genocida” em ato de campanha no Piauí.

Internado na UTI, David Miranda retira candidatura à reeleição na Câmara

O deputado federal David Miranda (PDT-RJ), que está internado há seis semanas na Unidade de Tratamento Intensivo (UTI), desistiu de concorrer à reeleição para a Câmara dos Deputados. O anúncio foi feito nas redes sociais pelo marido do parlamentar, o jornalista Glenn Greenwald, ontem, 20

Em vídeo publicado, Greenwald afirmou que Miranda continua internado na UTI em estado grave, mas estável. No entanto, nos últimos dias, foram registrados os primeiros sinais de melhora em seu quadro, o que

deixou tanto a família quanto a equipe médica “mais esperançosos do que nunca” sobre uma recuperação completa.

“Ele está ficando mais forte, ele está mostrando progresso bem importante”, conta. O deputado está internado desde o dia 6 de agosto na UTI da Clínica São Vicente, no Rio de Janeiro, com uma infecção generalizada no sistema gastrointestinal.

Apesar de uma melhora no quadro de Miranda, o jornalista anunciou que optou-se por requisitar formalmente a retirada da candidatura do parlamentar. “Isso foi uma

decisão extremamente difícil de tomar”, conta Greenwald, dizendo que a decisão não pôde ser tomada por Miranda, mas que consultou pessoas próximas de seu marido.

“Eu acredito muito na campanha que David planejou, mas ele não conseguiu fazer campanha nem um dia. Então acho que isso é bem injusto para todo mundo, para David, para seus eleitores, manter a candidatura”, declara.

O jornalista diz se recusar a fazer campanha em nome do parlamentar, mas cita que há muitas pessoas que Miranda

respeita e gosta muito, dentro e fora do partido, tais como Heloisa Helena (Rede-RJ), Glauber Braga (PSOL-RJ), Feghali (PCdoB-RJ), Benedita da Silva (PT-RJ) e Talíria Petrone (PSOL-RJ). Greenwald ainda disse que seu marido acredita muito no programa e líderes do PDT, sigla que é filiado, nomeando o candidato à presidência da República Ciro Gomes, além de Rodrigo Neves e Martha Rocha.

Por fim, o jornalista lamentou a decisão, mas afirmou que a prioridade atual é a recuperação de Miranda.



GERAL

Compras de aço sobem 5,6% em agosto ante julho, diz Inda

As compras de aço registraram alta de 5,6% em agosto ante julho, com volume total de 350,9 mil toneladas. Na comparação com o mesmo mês do ano passado, a alta foi de 16%. Os dados foram divulgados ontem, 20, pelo Instituto Nacional dos Distribuidores de Aço.

As vendas de aços planos contabilizaram alta de 6,2% quando comparadas a julho, atingindo o montante de 334,9 mil toneladas. Sobre o mesmo

mês do ano passado, houve ante de 22%. As importações, por sua vez, encerraram o mês de agosto com alta de 34% em relação ao mês anterior, com volume total de 147,7 mil toneladas. Comparando-se ao mesmo mês do ano anterior, as importações registraram queda de 22,1%.

Setembro - Para setembro de 2022, a expectativa da rede associada é de que as compras tenham uma alta de 3% e as vendas uma queda de 1% em relação ao mês de agosto.

Engie fornecerá energia de fontes renováveis para Azul no Aeroporto de Brasília

A Engie fechou contrato com a Azul para fornecer eletricidade e ar condicionado a partir de fontes renováveis para os aviões da companhia aérea enquanto estiverem estacionados no Aeroporto de Brasília, substituindo os equipamentos movidos a combustíveis fósseis. A tecnologia também deve reduzir o consumo de querosene de aviação.

“O uso destas soluções com energia renovável trará maior eficiência operacional e mais segurança para o aeroporto, que passará a ter menor movimentação de equipamentos móveis no pátio de estacionamento das aeronaves” afirma em nota o presidente da Engie Soluções, Jacques-Olivier Klotz.

Com o contrato da Azul, a Engie passa a atender todas as companhias aéreas nacionais que operam no aeroporto de Brasília.

Para o diretor de Negócios Aéreos da Inframerica, administradora do Aeroporto de Brasília, Roberto Luiz, haverá uma redução considerável de ruídos no pátio de aeronaves. “O sistema elétrico, além de menos poluente, é mais silencioso. Outro ganho importante é a redução de obstáculos nos pontos de estacionamento de aeronaves.”

O executivo destaca que o Aeroporto de Brasília vem trabalhando para trazer mais ações de energia limpa para o terminal. “Construímos uma usina fotovoltaica no aeroporto. Hoje, 7% de todo o consumo do terminal é proveniente de painéis solares”, relata. No ano passado, a Engie equipou 22 pontes de embarque e desembarque do aeroporto de Brasília com a tecnologia de abastecimento. Segundo nota, a companhia espera levar a solução para outros terminais aeroportuários do País.

Majoria do STF confirma decisão de suspender decretos de Bolsonaro sobre armas

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria para confirmar a decisão do ministro Edson Fachin que suspendeu trechos de decretos editados pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) para flexibilizar o acesso da população civil a armas e munições.

O julgamento está em curso no plenário virtual. A plataforma permite que cada ministro registre seu voto no sistema online sem necessidade de reunião do colegiado. A votação termina hoje

Até o momento, Fachin foi acompanhado pelos ministros Luís Roberto Barroso, Alexandre de Moraes, Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski, Rosa Weber e Cármen Lúcia. A decisão foi provisória para impedir o armamento da população no período eleitoral. O STF pode revisar o tema depois das eleições. Fachin é relator de ações movidas pelo PSB e pelo PT para derrubar os decretos. O ministro decidiu suspender os efeitos do ato administrativo por ver risco de aumento da violência política com o início da campanha. A decisão estabeleceu que a posse de armas de fogo só pode ser autorizada para quem demonstrar necessidade concreta, por razões profissionais ou pessoais, e que a compra de armas de uso restrito depende do “interesse da própria segurança pública ou da defesa nacional”.

Em um voto de uma linha na última sexta, Fachin se limitou a defender a confirmação de sua decisão monocrática. “Propenho o referendo da medida cautelar”, escreveu. Os demais ministros que o acompanharam não apresentaram voto escrito.

Por enquanto, só o ministro Kassio Nunes Marques divergiu. Ele disse que os cidadãos devem ter o “direito de se defender de modo adequado”. “Não vejo como retirar do cidadão a capacidade de autodefesa consistente em lhe garantir a aquisição e posse de arma de fogo para esse fim”, argumentou.

Entenda a ação - Os partidos de oposição afirmam que os decretos de Bolsonaro são inconstitucionais e representam “retrocesso” em direitos funda-

mentais, na medida em que facilitam de forma “desmedida” o acesso a armas e munições pelos cidadãos comuns. Argumentam ainda que, embora pretendam disciplinar o Estatuto do Desarmamento, os decretos ferem suas diretrizes e violam o princípio da separação dos Poderes e o regime democrático, uma vez que o Planalto teria assumido a função do Legislativo ao decidir sobre política pública envolvendo porte e posse de armas de fogo.

Em manifestação enviada ao Supremo, o Planalto explicou que as mudanças foram pensadas para “desburocratizar” procedimentos. O governo ainda argumentou que, ao sair vencedor das últimas eleições, Bolsonaro ganhou “legitimidade popular” para “concretizar, nos limites da lei, promessas eleitorais”. O Planalto disse também que a “insuficiência do aparelho estatal para blindar o cidadão, por 24 horas, em todo o território nacional”, justifica mecanismos de legítima defesa.

Os processos já haviam sido colocados em julgamento no plenário virtual do STF em março do ano passado. A votação foi suspensa em três ocasiões diferentes por pedidos de vista (mais tempo para análise) - o mais recente feito por Nunes Marques. Sem previsão para a retomada do julgamento, Fachin apontou “perigo na demora” e decidiu despachar monocraticamente, submetendo na sequência a decisão liminar aos colegas.

A advogada Juliana Vieira dos Santos, sócia do escritório Rubens Naves Santos Jr. Advogados e doutora em Teoria do Estado pela Universidade de São Paulo (USP), explica que a decisão é limitada, porque não revoga os decretos, apenas suspende sua validade.

“Mesmo assim, é uma decisão importante porque reafirma a cultura da paz que está na Constituição Federal, reafirma que não existe direito a ter armas (é exigida a efetiva necessidade como requisito para a liberação do porte) e determina que armas de calibre restrito não sejam liberadas para civis, mesmo CACs”, avalia.

Passagem de ciclone na costa sul do Brasil traz chuva e frio; veja a previsão

Desde o fim de semana, um ciclone extratropical presente na costa sul do Brasil, provocou ventos fortes sobre o oceano, deixando o mar bastante agitado. De acordo com a Climatempo, ainda nesta terça-feira, 20, a circulação de ventos reforça as instabilidades nestas regiões, assim como no Centro-Oeste do País, sendo alto o potencial para temporais.

De forma geral, esta semana será marcada por muita chuva, com alto risco para alagamentos, e frio.

“Uma área de baixa pressão atmosférica entre o Paraguai, a Bolívia e o Centro-Oeste do Brasil, combinada com a circulação de ventos, transportam nuvens carregadas sobre grande parte do Paraná, interior de São Paulo, centro e leste de

Mato Grosso do Sul e aumenta o risco de temporais”, informou a Climatempo.

A capital paulista ainda terá sol entre nuvens no decorrer do dia e elevação gradativa de temperatura. Os termômetros variam entre 14°C e 26° nesta terça-feira. À noite, estão previstas pancadas de chuva com risco de formação de alagamentos. Na quarta-feira, 21, um dia antes do início da primavera, a temperatura fica mais baixa entre 15°C e 21°C, com dia bastante chuvoso.

Tempo pelo País - Na Região Sul, as temperaturas ficam mais amenas. No centro-leste do Rio Grande do Sul, o tempo fica nublado, com chuva de fraca a moderada e ventos de 40 a 50 km/h no litoral, devido à formação e avanço de uma

frente fria pelo estado. No Norte do Brasil, segundo a Climatempo, o calor e a alta umidade ainda provocam chuva forte no Amazonas, em Roraima, leste do Amapá e litoral do Pará, mas a precipitação é isolada e com baixos volumes. Chove ainda em áreas que sofrem com a estiagem, como Tocantins e sul do Pará.

Já no Nordeste, a previsão é de pouca chuva, mais concentrada no litoral. Em Salvador e Aracaju, o tempo fica mais encoberto e a chuva pode ocorrer em vários momentos do dia.

Na quarta-feira, de acordo com a Metsul, a previsão é de chuva em toda a Região Sul do Brasil, em grande parte de São Paulo e de Mato Grosso do Sul, em pontos de Mato Grosso, Goiás, no Rio de Janeiro e

áreas de Minas Gerais. Grande SP tem menor temperatura mínima para setembro em 30 anos.

As cidades da região metropolitana de São Paulo, o que inclui a capital paulista, têm registrado o mês de setembro com a temperatura mínima mais baixa dos últimos 30 anos, de acordo com informações da Defesa Civil estadual.

Segundo o órgão, a média da temperatura para setembro costuma ser estimada em 14,4°C, mas neste ano, faltando dez dias para o mês terminar, a média tem sido de 13,3° C, ou seja, 1,1° C menor.

As temperaturas mais baixas estão associadas à passagem de frentes frias sobre a região, acompanhadas por uma massa de ar frio.

Desabamento em Itapeacerica da Serra deixa ao menos 5 mortos e 31 feridos

Um desabamento em Itapeacerica da Serra, na Grande São Paulo, deixou ao menos cinco mortos e 31 feridos na manhã de ontem, 20. Segundo informações preliminares e atualizadas, cerca de 64 funcionários da empresa estavam em uma reunião com candidatos a deputado no momento da ocorrência.

À imprensa, uma porta-voz do Corpo de Bombeiros afirmou que os feridos “ainda estão sendo retirados” e encaminhados a hospitais da região.

O trabalho nos escombros segue em andamento. “Trata-se de um galpão com 10 mil metros quadrados, onde havia uma reunião entre os funcionários da empresa, em torno de mais ou menos 64 pessoas. A laje veio a desabar”, explicou a major Luciana Soares, em imagens veiculadas pela TV Globo.

O desabamento ocorreu por volta das 8h55, em um galpão na Estrada Ferreira Guedes, 1.134, no bairro Potuverá. No local, funciona a Multiteiner, uma empresa de comércio e locação de contêineres.

O candidato a deputado estadual Jones Donizette (Solidariedade) divulgou que estava no local no momento do desabamento, para um café da manhã com os funcionários, acompanhado da candidata a deputada federal Ely Santos (Republicanos). Em fotografia divulgada pela equipe, o candidato aparece com a camiseta suja, mas sem ferimentos graves aparentes.

“Quando se despediam dos trabalhadores, parte da estrutura de concreto se rompeu e os deixou presos nos escombros, os dois foram resgatados com vida”, informou a equipe do deputado em comunicado em rede social. “Quatro integrantes da sua equipe também ficaram entre os escombros, já foram resgatados e levados ao hospital.” Ao menos 20 viaturas



e 79 bombeiros foram enviados ao local, além de agentes da Defesa Civil, da Polícia Militar e do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu). Ainda não há informações oficiais sobre o estado de saúde dos feridos e o nome das vítimas.

Imagens divulgadas pelo Corpo de Bombeiros mostram parte do interior do local do desabamento. No registro,

bombeiros trabalham em meio aos escombros, incluindo o que parecem ser cadeiras de um auditório.

O governador de São Paulo, Rodrigo Garcia (PSDB), prestou solidariedade aos feridos e às famílias das vítimas. “O Corpo de Bombeiros as demais forças de segurança de SP atenderam prontamente à emergência”, postou em rede social.

Guedes: Vamos rerepresentar o Carteira Verde e Amarela para geração de emprego

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou segunda-feira, 19, durante palestra no congresso da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), que o Auxílio Brasil e o investimento privado têm turbinado o crescimento econômico.

“Apesar da queda de 40 anos do investimento público, o investimento privado está turbinando o crescimento. Entretanto, os modelos econômicos ainda não conseguiram captar essa

mudança de eixo da economia. Os fatos estão derrubando as expectativas adversas. O fiscal está forte, o monetário está no lugar, além de termos geração de emprego e renda”, disse.

Sem entrar em detalhes, o ministro detalhou que pretende criar ferramentas e instrumentos para recuperação do investimento público e também recuperar e acelerar programas de transferência de renda.

“Vamos transferir propriedades. São fundos de recuperação

para o investimento público e ao mesmo tempo fundos de aceleração dos programas de remoção de desigualdades. Vamos rerepresentar o Carteira Verde e Amarela para geração de emprego em massa. Queríamos criar essa rampa de ascensão social, mas no Congresso não deixou”, disse.

Ações - Por meio, através da Aliança Sustentável pela Mobilidade, a 99, empresa de transporte por aplicativos, atua para aumentar a participação dos

veículos elétricos entre carros novos no Brasil para que representem 10% das vendas até 2025 (hoje o índice é de 2%).. Ao lado de outras companhias, a 99 também pretende criar 10 mil estações públicas de carregamento e ter 100% da frota do app com carros elétricos até 2030. Segundo a 99, assim como o 99 Loc e o Kit Gás, o projeto integra o Driver Lab 99, um centro de inovações que impactam o ecossistema de motoristas parceiros e parceiras.

Brasil investe, em média, 1% do PIB em ciência e tecnologia

De acordo com o relatório mais recente do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), publicado no início deste ano, em 2019 o Brasil investiu cerca de 89,5 bilhões de reais no setor de ciência e tecnologia. Valor que corresponde a apenas 1,21% do PIB. Para efeito de comparação, países como Alemanha e Estados Unidos investiram mais de 3% do PIB no mesmo ano.

Na distribuição percentual de dispêndios dos governos estaduais, o estado que mais apresentou investimentos na área foi São Paulo, seguido por Rio de Janeiro e Paraná. Ainda segundo o relatório, os esta-

dos com menores índices para Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Ciência e Tecnologia (C&T) são Tocantins, Rondônia e Acre.

O baixo nível de investimento foi pauta de debate em reunião promovida pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) do Senado, no dia 14 de julho. Segundo informações da Agência Senado, diversos participantes do debate ressaltaram que a atual cúpula do Ministério da Ciência e Tecnologia tem compromisso com a área, mas também alegaram que esse compromisso não existe nos demais setores do governo. O ministro da pasta, Paulo Alvim, declarou durante a reunião

que o objetivo é ampliar os investimentos na área para 2% do PIB, mas, para que isso ocorra, são importantes a nova Política Nacional de Ciência e Tecnologia e o novo Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI), que ainda serão apresentados.

O especialista em investimentos e inovação e sócio da Macke Consultoria, André Moro Maieski, comenta que o país pode desenvolver melhor o seu potencial científico e de inovação, que, segundo ele, ainda é muito pouco aproveitado.

“O relatório do MCTI aponta que a iniciativa privada representa metade dos investimentos em P&D

no Brasil, mas se refletirmos que muitos empresários enxergam com receio investimentos em pesquisa, ciência e tecnologia devido aos seus riscos inerentes e a possibilidade de deles não performarem tão bem quanto investimentos mais conservadores, tais como os realizados em máquinas e equipamentos nos projetos de modernização fabril e logística, temos uma imensa parcela de organizações que acabam optando por uma política de maiores certezas, deixando de lado a oportunidade de se desenvolver tecnologicamente, aumentar sua produtividade e maximizar ganhos”, comenta Maieski.



Brasil Revistas

Entre em nosso Canal no Telegram.

Acesse t.me/BrasilRevistas



Tenha acesso as principais
revistas do Brasil.

Distribuição gratuita, venda proibida!